TELEBRAS

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

Vinculada ao Ministério das Comunicações

RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

Brasília - DF, 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 146/2015 e 147/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações da Portaria CGU nº 522/2015.

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão: Gerência de Governança, com o apoio das demais gerências da Telebras.

Brasília-DF, 2016

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

AGA - Agenda de Autoridades
AGE – Assembleia Geral Extraordinária
AGO – Assembleia Geral Ordinária
AS – Sistema Autônomo
BACKBONE - Rede Nacional de Longa Distância
BSC – Balanced Score Card
CAPEX – Capital Expenditure
CGI.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil
CGO – Comitê Gestor Orçamentário
CGPAR – Comissão Interministerial de Governança Corporativa e da Administração de Participações –Societárias da União
CGSI – Comitê de Gestão da Segurança da Informação
CGTI – Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação
CIEE - Centro de Integração Empresa Escola
CoS – Classes de Serviços Diferenciados
CRD – Centro de Recebimento de Documentos
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DA – Diretoria Administrativo-Financeira e de Relacionamento com Investidores
DBR – Declarações de Bens e Renda
DC – Diretoria Comercial
DEM – Decisão de Membro da Diretoria
DEST - Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DOU – Diário Oficial da União
DTO – Diretoria Técnico-Operacional
DWDM - Multiplexação Densa por Comprimento de Onda
EA – Estações de Atendimento
EBC – Empresa Brasileira de Comunicação
ECF – Escrituração Contábil Fiscal do Governo federal.
E-CONTAS **-** Sistema utilizado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal para fazer a prestação de contas anuais ao Tribunal de Contas da União
EGT - Especialista em Gestão de Telecomunicações
E-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação aos Cidadãos
ETIR – Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais
GFO – Gerência Financeira e Orçamentária
IBP - Instituto Blaise Pascal
INTOSAI - Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado
ITIL – *Information Technology Infrastructure Library* (biblioteca de infraestrutura em TI)

L3VPN - Rede Privativa Virtual Camada 3
LAI – Lei de Acesso a Informação
LAN - Rede Local
LNC - Levantamento de Necessidade de Capacitação
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAN – Rede Metropolitana
NBCT - Norma Brasileira de Contabilidade
Nic.br– Coordenação do Ponto Br
OI – Orçamento de Investimento
OPEX – Operational Expenditure
P2P - Ponto a Ponto
PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PACD - Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento
PCCS - Plano de Classificação de Cargos e Salários
PCR - Plano de Carreira e Remuneração
PDG – Programa de Dispêndios Globais
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PNBL – Programa Nacional de Banda Larga
PTT – Ponto de Troca de Tráfego
QoS – Qualidade de Serviços
RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
SAD - Sistema avalição de desempenho
SAP – CO – Sistema de Controladoria da empresa;
SAP – FI – Sistema responsável por todo o controle financeiro da empresa
SAP – FI-TV – Sistema responsável pelo controle de viagens e passagens da empresa;
SAP – HCM - Sistema responsável por realizar toda a gestão de Recursos humanos da empresa;
SAP – IM e SAP – FM – Sistema de controle orçamentário da empresa;
SAP – MM e SAP – SEM – Sistemas responsáveis pelo acompanhamento e gestão de contratos da empresa
SAP – OS – Sistema de Gestão financeira de projetos da engenharia;
SAP – PI – Sistema de mensageria e integrações, SOA do complexo SAP e outros;
SAP – SD – Sistema de Vendas e Faturamento da empresa;
SAP – Sistema de Gestão Integrado
SAP – TRM – Sistema Responsável pelas aplicações financeiras da empresa;
SDM – Service Desk Manager
SEEL - Sistema de Eleição Eletrônica
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SGDC – Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas
SICOS – Sistema de Controle de Ordens de Serviços;
SIEST – Sistema de Informação das Estatais

SIMEC – Sistema de Monitoramento, Execução e Controle de obras de engenharia;
SISAC - Sistema de Controle de Ações de Comunicação
TB – Telebras
TGT - Técnico em Gestão de Telecomunicações
TI - Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TRAMITE - Sistema de Tramitação de Documentos
UPC – Unidade Prestadora de Contas
VPN – Rede Privativa Virtual

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 2.2.1 – Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da entidade 14
Figura 2.3.1.1 - IP 15
Figura 2.3.1.2 – Ponto a ponto (P2P) 15
Figura 2.3.1.3 - L3VPN (MPLS) 16
Figura 2.3.1.4 – Ponto a ponto (PPT) 17
Figura 2.3.1.5 – IP parcial 17
Figura 2.3.1.6 – Rede da Telebras 20
Figura 2.4.1 – Organograma da Telebras 22
Quadro 2.4.2 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas 23
Informação disponível no ANEXO I. 23
Figura 2.5.1 – Primeiro nível da cadeia de valor da Telebras 23
Figura 2.5.1.2 – Macroprocesso Gerir Planejamento de Ações e Programas 24
Figura 2.5.2.1 – Macroprocesso Gerir Interações com o Cliente 25
Figura 2.5.3.1 – Macroprocesso Gerir Produtos e Serviços 27
Figura 2.5.4.1 – Macroprocesso Gerir Tecnologia da Informação 28
Figura 2.5.5.1 – Macroprocesso Gerir Redes e Recursos 29
Figura 2.5.6.1 – Evolutivo de Equipamentos Gerenciáveis em Operação Técnica 30
Figura 2.5.6.1 – Macroprocesso Gerir Relações com Parceiros e Fornecedores 31
Quadro 2.6.1 – Composição acionária do capital social 32
Quadro 2.7.1 - Investimentos Permanentes em outras sociedades 33
Figura 3.1.1 – Balanced Score Card 35
Figura 3.1.2 – Objetivos estratégicos 36
Quadro 3.1.3 – Iniciativa estratégica e seus resultados 36
Quadro 3.2.1 - Informações sobre a execução das despesas 37
Quadro 3.2.2 – Fontes e usos 38
Quadro 3.2.3 – Orçamento de Investimento 39
Quadro 3.3.1 – Indicadores de desempenho 43
Figura 4.1.4.1 – Comitê de Gestão da Segurança da Informação 49
Figura 4.6.1 – Mapa de Riscos 57
Quadro 4.7.1 – Proporção de cada elemento na remuneração 60
Quadro 4.10.1 - Participação acionária de membros de colegiados 62
Quadro 7.1.1 – Quantitativo de Pessoal 65
Quadro 7.1.1.1 - Força de Trabalho da Telebras 66
Quadro 7.1.1.2 - Distribuição da Lotação Efetiva 66
Quadro 7.1.1.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC 67
Figura 7.1.2.1 – Indicador de Capacitação 68
Quadro 7.1.3.1 - Despesas do pessoal 70

Quadro 7.1.6.1.1 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade 73
Quadro 7.1.6.1.2 - Quantitativo e Despesa anual 74
Quadro 7.1.6.1.3 – Contratação de Pessoal de Apoio 75
Figura 7.3.1 - PETI 80
Quadro 7.4.1 – Aspectos sobre a gestão ambiental 80
Quadro 8.6.1 – Despesas com publicidade 87

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

Vinculada ao Ministério das Comunicações

ANEXOS

(Nº de folha do processo)

ANEXO I – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS.....

ANEXO II – INICIATIVA ESTRATÉGICA E SEUS RESULTADOS.....

ANEXO III – REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL.....

ANEXO IV – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....

ANEXO V – SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE.....

ANEXO VI – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS .....

ANEXO VII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2015.....

ANEXO VIII – DEMONSTRATIVO DAS CAPACITAÇÕES.....

ANEXO IX – RELAÇÃO DE RUBRICAS E DETALHAMENTO DOS VALORES.....

ANEXO X – RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE.....

ANEXO XI – CONCLUSÕES DO ÚLTIMO ESTUDO ATUARIAL.....

ANEXO XII – TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....

ANEXO XIII – TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....

ANEXO XIV – ROL DE RESPONSÁVEIS.....

ANEXO XV – RELATÓRIO E OU PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....

ANEXO XVI – PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....

ANEXO XVII – ATA DA REDIR.....

ANEXO XVIII - – RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE.....

ANEXO XIX..- DECLARAÇÃO SISAC.....

ANEXO XX – DECLARAÇÃO DBR.....

Sumário

1. APRESENTAÇÃO 11
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS 13
2.1. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade 13
2.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da entidade 14
2.3. Ambiente de atuação 14
2.4. Organograma 22
2.5. Macroprocessos finalísticos 23
2.6. Composição acionária do capital social 32
2.7. Participação em outras sociedades 33
2.8. Principais eventos societários ocorridos no exercício 33
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL 34
3.1. Planejamento organizacional 34
3.2. Desempenho orçamentário 37
3.3. Desempenho operacional 42
4. GOVERNANÇA 45
4.1. Descrição das estruturas de governança 45
4.2. Informações sobre os dirigentes e colegiados 51
4.3. Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico 53
4.4. Atuação da Unidade de Auditoria Interna 53
4.5. Atividade de correição e apuração de ilícitos administrativos 55
4.6. Gestão de riscos e controles internos 56
4.6.1 Gestão de riscos 56
4.6.2 Controles internos 57
4.7. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados 58
4.7.1. Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos 61
4.7.2. Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos 61
4.7.3. Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores 61
4.8. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada 61
4.9. Política de participação de empregados e administradores nos resultados da entidade 62
4.10. Participação acionária de membros de colegiados da entidade 62
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 63
5.1. Canais de acesso do cidadão 63
5.2. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade 63

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS 64
6.1. Desempenho financeiro do exercício 64
6.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade 64
6.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas 64
7. AREAS ESPECIAIS DA GESTÃO 65
7.1. Gestão de pessoas 65
7.1.1 Estrutura de pessoal da unidade 66
7.1.2 Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal 68
7.1.3 Demonstrativo das Despesas com Pessoal 70
7.1.4 Gestão de riscos relacionados ao pessoal 71
7.1.5 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos 71
7.1.6 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários 73
7.1.6.1 Contratação de Estagiários 73
7.1.6.2 Contratação de Pessoal de Apoio 75
7.1.7 Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas. 75
7.2. Gestão do patrimônio e da infraestura 77
7.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da União 77
7.3. Gestão da tecnologia da informação 77
7.4. Gestão ambiental e sustentabilidade 80
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE 82
8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU 82
8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno 84
8.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário 84
8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 84
8.5. Informações sobre as ações de patrocínio 85
8.6. Informações sobre as ações de publicidade e propaganda 87
9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES 88
10. ANEXOS E APÊNDICES 88
11. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES 88
11.1. Rol de Responsáveis 88
11.2. Relatório e ou parecer da unidade de auditoria interna 88
11.3. Parecer de colegiado 88
11.4. Relatório de instância ou área de correição 88
11.5. Relatório de auditor independente 88
11.6. Declarações de integridade 88

11.6.1 Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões 88

11.6.2 Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas 88

1. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão integra o processo de Tomadas de Contas do Tribunal de Contas da União (TCU) do exercício de 2015. Ele constitui peça relevante ao cumprimento da obrigação constitucional de prestar contas prevista no art. 70 da Constituição Federal, representando um dos principais instrumentos de *accountability* do uso de recursos públicos junto à sociedade. Nele consta o resumo dos resultados das ações empreendidas pela Telebras na intenção de melhor cumprir suas competências conforme disposto no Decreto 7.175/2010 e também demonstra a utilização dos recursos orçamentários e financeiros colocados à sua disposição.

O documento foi elaborado em observância às disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015 e 147/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações da Portaria CGU nº 522/2015, também obedeceu à estrutura de conteúdos definida no e-Contas, bem como as orientações de elaboração contidas no referido sistema.

O exercício de 2015 foi marcado por uma postura comercial mais agressiva da Telebras, para garantir sua autossustentabilidade e fazer frente às incertezas de aporte de capital pelo Governo Federal, e pelo avanço em projetos estratégicos como o SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas) e o cabo submarino, conforme descrito em mais detalhes a seguir.

a) Atuação comercial

No exercício de 2015 a Companhia intensificou sua presença nos órgãos de governo, prospectando oportunidades e construindo projetos. As atividades da área comercial foram revistas com este foco, iniciando-se uma agenda intensa de visitas, no intuito de dar publicidade ao papel da Telebras no provimento da rede de dados da administração pública, além de estabelecer ou incrementar o relacionamento comercial com esses clientes.

Para dar suporte a uma atuação comercial mais estruturada, tanto no setor de governo quanto no PNBL, a área de marketing foi fortalecida com os objetivos de definir produtos específicos para os segmentos atendidos, de revisar a estrutura de preços e de nortear de forma mais integrada o esforço de vendas.

A Telebras intensificou o desenvolvimento de projetos a partir da atuação próxima de empresas federais e órgãos públicos, identificando as necessidades desses clientes e propondo soluções integradas, como forma de canalizar a venda dos seus produtos tradicionais.

Foram intensificadas ações de inovação em parceria com instituições de pesquisa e empresas privadas, visando especialmente o desenvolvimento de soluções para apoio aos negócios.

b) PNBL – Programa Nacional de Banda Larga

No período de 2012 a 2015, a Telebras priorizou a implantação da infraestrutura necessária ao PNBL, prevista no Decreto n° 7.175/2010, criando uma rede nacional de fibras ópticas (Backbone), expandindo dos 1100 km ao final de 2011, para aproximadamente 25 mil km em 2015. Com um investimento de mais de R$ 429 milhões para construção de infraestruturas de transmissão própria (DWDM e IP), até o final de 2015, a Rede Nacional de Banda Larga da Telebras oferece atualmente possibilidade de cobertura para prestação de serviços em 608 municípios brasileiros que englobam mais de 45% de sua população.

c) SGDC – Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas:

Assinado em novembro de 2013, o Contrato de Aquisição e Fornecimento, Integração, Lançamento e Operação Assistida do Sistema Satelital Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, com a Visiona Tecnologia Espacial S.A., continua em pleno e regular curso. A empresa Arianespace prevê colocá-lo em órbita, a partir da base espacial da Guiana Francesa, até o final de 2016. Após um período de ajustes e de testes, o satélite começará a sua operação comercial no início de 2017, posicionado a uma distância de mais de 35 mil km da superfície da Terra.

d) Cabo Submarino Brasil-Europa

Em junho de 2015 foi assinado Acordo de Acionistas entre a Telebras e a empresa espanhola IslaLink para constituição de estrutura societária com controle de capital nacional. Esta sociedade, constituída sob o nome Cabos Brasil Europa Ltda, é responsável pela construção e operação do cabo que interligará o Brasil à Europa.

Considerando que a boa gestão de recursos públicos pressupõe não apenas a conformidade dos procedimentos adotados com a lei, mas, também, a eficácia, eficiência e efetividade das ações, cabendo, por conseguinte, a prestação de contas e que este Relatório estará disponível no site da Telebras (www.telebras.com.br) para consulta pública, entendemos que o documento fornecerá à sociedade elementos para a completa avaliação da gestão da Telebras em 2015.

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

2.1. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, sediada no Setor Comercial Sul - SCS – Quadra 9 – Bloco B – Salas 301 a 305 e 401 a 405 – Brasília-DF – CEP 70308-200 (Edifício Parque Cidade Corporate – Torre B), endereço eletrônico: www.Telebras.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma empresa de economia mista de capital aberto vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei 5.792, de 1/07/1972.

Rege-se pela Lei 6.404/76 e por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis.

A partir da publicação do Decreto 7.175, de 12/05/2010, publicado no DOU de 13/05/2010, que instituiu o Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, a Empresa iniciou a sua reestruturação organizacional, visando o exercício das suas novas atribuições bem como a implantação das bases de suporte do referido programa.

Conforme disposto no Decreto 7.175/2010, cabe à Empresa: (i) implementar a rede privativa de comunicação da Administração Pública Federal; (ii) prestar apoio e suporte a políticas públicas de conexão à Internet em banda larga para universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários e outros pontos de interesse público; (iii) prover infraestrutura e redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sem fins lucrativos; e (iv) prestar serviço de conexão à internet em banda larga para usuários finais, apenas e tão somente em localidades onde inexista oferta adequada daqueles serviços.

O Decreto 8.135/, de 04/11/2013, estabelece que o atendimento das comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deve ser realizado por redes estatais e, especialmente, dispensa de licitação a contratação desse serviço. A Portaria 141/2014 advém desse Decreto e o complementa, estabelecendo a necessidade de certificação de todos os equipamentos e sistemas que envolvem tecnologia da informação e comunicação a serem vendidos para o governo, garantindo proteção contra potenciais vulnerabilidades de segurança.

A Telebras se torna elemento fundamental para consecução dos dispostos no Decreto e na Portaria, por apresentar uma rede de fibra óptica que se faz presente em todas as regiões brasileiras e que é capaz de garantir a segurança das comunicações do governo e proteção contra as ameaças de ciberespionagem internacionais.

2.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da entidade

Quadro 2.2.1 – Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da entidade

Normas de criação e alteração da Unidade Prestadora de Contas
Constituição: Lei nº 5.792, de 11 de julho de 1972 Cisão Parcial: Assembleia Geral Extraordinária de 22 de maio de 1998 Reativação: Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010 Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013 Portaria Interministerial 141/2014
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas
Estrutura atual: 96ª Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de junho de 2013 e 380ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, de 12 de novembro de 2013
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Prestadora de Contas
Estatuto, Código de ética, Regimento Interno, Diretriz de Acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos, Diretriz de Contratação/aquisição de materiais, obras e serviços, Diretriz de Contratações diretas relacionadas à atividade fim da empresa, Diretriz Orçamentário-Financeira, Manual de Compras.

2.3. Ambiente de atuação

2.3.1. Informações do ambiente de atuação da Unidade Prestadora de Contas

Caracterização e o comportamento do mercado de atuação:

A Telebras possui uma atuação nacional, prestando serviços em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Desde a publicação do Decreto N° 7.175/2010, que instituiu o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), cabe à Telebras implementar a rede privativa de comunicação da administração pública federal, apoiar e suportar políticas públicas em banda larga, além de prover infraestrutura e redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, estados, Distrito Federal, municípios e entidades sem fins lucrativos.

A partir da edição do Decreto 8135/2013 e da Portaria 141/2014, a Telebras tem evoluído para uma atuação mais forte no mercado de varejo, atendendo pontos individuais de órgãos do governo, além da sua atuação no mercado de atacado, fornecendo a provedores de serviços de internet.

Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares aos da Unidade Prestadora de Contas:

Oi, Claro, British Telecom, Embratel, Telefônica/Vivo, Copel, Cemig, América Móvel, Algar, Level 3 e TIM.

Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela Unidade Prestadora de Contas em relação ao seu ambiente de atuação:

Os produtos ofertados pela Telebras são:

a) IP

Serviço de acesso dedicado à internet que compreende o provimento de toda a infraestrutura para o acesso à rede mundial de computadores. Divide-se em Corporativo e PNBL. O Corporativo atende empresas e governo, enquanto o PNBL está voltado aos provedores.

Figura 2.3.1.1 - IP

b) PONTO A PONTO (P2P)

O serviço de conexão ponto-a-ponto é uma solução escalável, de alta disponibilidade, que compreende o fornecimento de circuitos para órgãos ou entidades que necessitem montar sua própria rede – seja ela metropolitana, regional ou nacional, com transparência e segurança. É utilizado, por exemplo, quando uma matriz quer se comunicar com as suas filiais

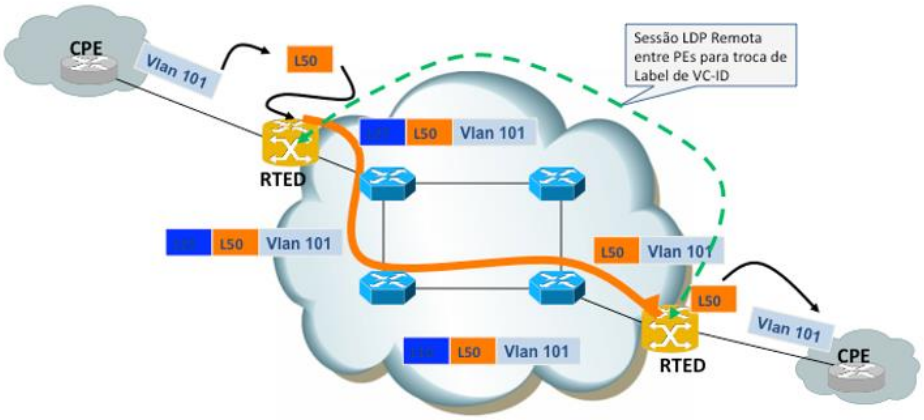

Figura 2.3.1.2 – Ponto a ponto (P2P)

c) L3VPN (MPLS)

O Serviço de Rede de Comutação de Pacotes L3VPN é uma solução que permite agregar diversos serviços para maximizar a comunicação entre os pontos de um cliente. É baseado na tecnologia MPLS, que combina a inteligência do roteamento com o desempenho da comutação. Ou seja, estabelece etiquetas de prioridade no tráfego dos dados. A tecnologia MPLS é utilizada para convergência de redes, para integração de aplicações de dados, voz e vídeo, usando classes de serviços diferenciados (CoS) em uma única estrutura, o que traz como ganho qualidade, gestão unificada e economia. É uma solução escalável, de alta disponibilidade e flexibilidade.

A solução possibilita a criação de rede privativa virtual (VPN), conforme a necessidade do cliente. Essa característica garante que toda a informação dentro da VPN fique totalmente isolada de outras VPNs e da Internet dentro Backbone IP.

Dentre suas aplicações, destacam-se a utilização para a interligação de filiais/ escritórios, interconexão de redes MAN/LAN, transporte para a transmissão de dados, voz, vídeo, videoconferência e outros serviços multimídia em geral.

O controle de banda feito por QoS, é para priorizar serviços, sendo assim os pacotes que chegam com prioridade no controle de banda, passam a frente da fila.

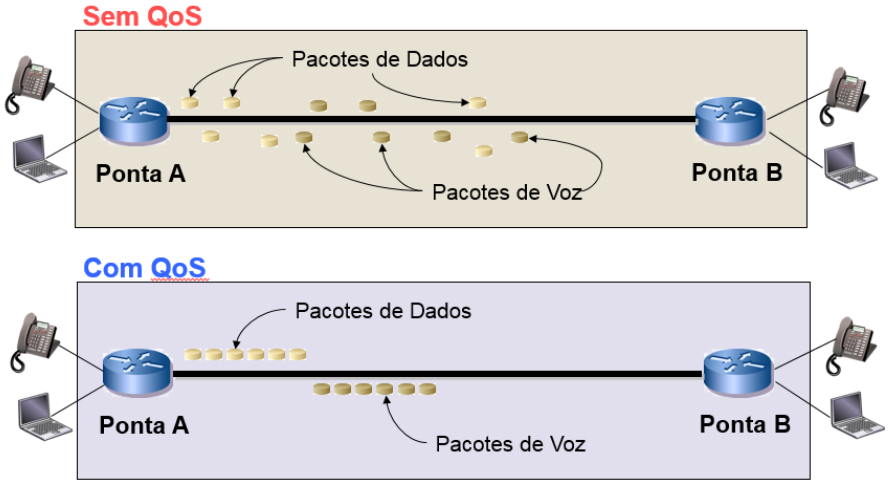

Figura 2.3.1.3 - L3VPN (MPLS)

a) PONTO A PONTO PPT

Serviço direcionado a provedores de Internet que permite o transporte de dados para um Ponto de Troca de Tráfego (PTT), permitindo que o cliente realize troca de tráfego com outras prestadoras de telecomunicações com segurança e transparência a protocolos. É necessário que o cliente seja Sistema Autônomo (AS) para se habilitar a trocar tráfego em uma localidade do PTTMetro. Os Pontos de Troca de Tráfego funcionam como hubs em que provedores podem conectar seus servidores, facilitando o tráfego de informações. No Brasil, o PTT.br é um projeto de PTTs locais gerido pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (Nic.br) e pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que facilita o fluxo de informações entre provedores de internet e conteúdo online no país. Na prática, quanto maior e melhor for um PTT, mais dados os provedores conseguem trocar, melhorando a eficiência da rede e encurtando o caminho da conexão entre os computadores.

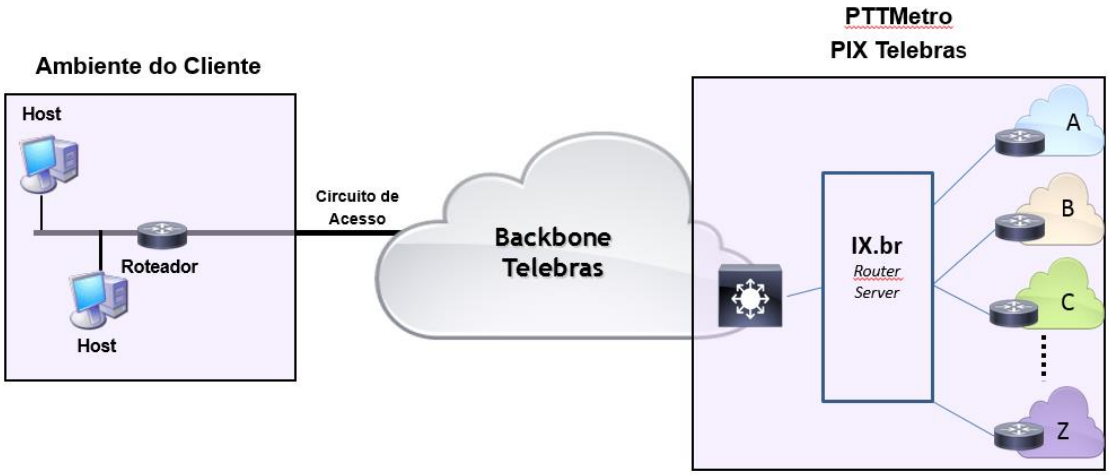

Figura 2.3.1.4 – Ponto a ponto (PPT)

b) IP PARCIAL

Serviço de acesso à internet limitado ao conteúdo conectado no Ponto de Troca de Tráfego (PTT). Está voltado ao cliente que não tem necessidade de uma conexão com a rede completa. É necessário que o cliente seja Sistema Autônomo (AS) para adquirir o produto. Ou seja, estar registrado no Nic BR, Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. Esse órgão foi criado para implementar as decisões e os projetos do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br, que é o responsável por coordenar e integrar as iniciativas e serviços da Internet no país.

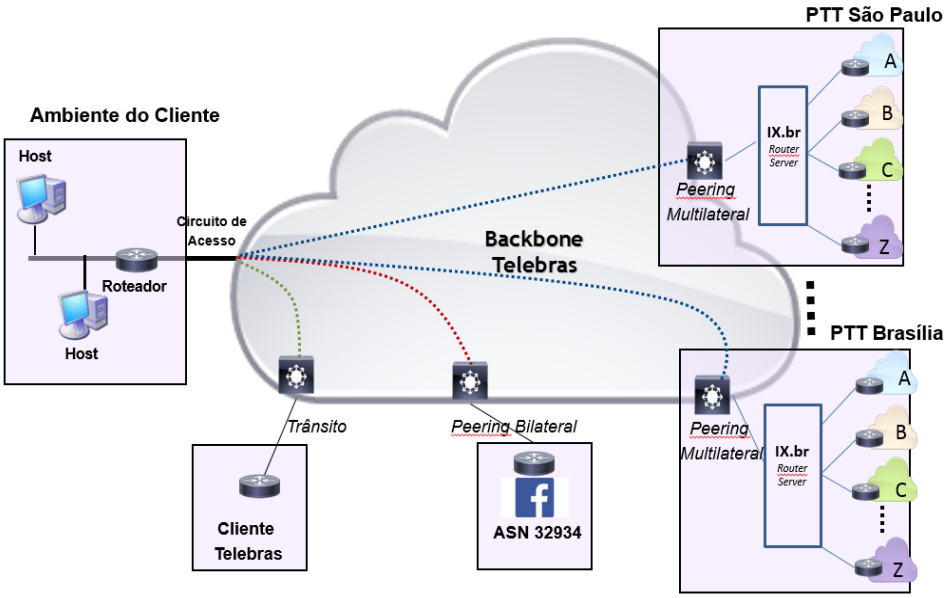

Figura 2.3.1.5 – IP parcial

Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócios:

a) AMEAÇAS:

- Capilaridade das demais operadoras.

- Forte restrição orçamentária por parte do governo, que pode gerar redução no ritmo de expansão da rede e da receita.

- Mudança da política governamental, convertendo-se em enfraquecimento do papel estratégico da empresa e, no limite, até sua descontinuidade operacional.

- Dificuldades operacionais com as cedentes;

- Mudança no cenário macroeconômico: falta de crédito competitivo ou restrição do poder aquisitivo no mercado;

- Não aprovação ou restrições quanto a concursos públicos, causando um colapso operacional.

b) OPORTUNIDADES

-Vendas para o mercado de governo, decorrentes do Decreto 8.135/13;

-Lançamento do satélite geoestacionário que atenderá regiões nas quais não há acesso ofertado.

-Demanda dos órgãos de governo por maior segurança nas telecomunicações.

-A posse de satélite e cabo submarino para ampliar a banda de forma neutra, ampliando a capilaridade e auxiliando no cumprimento do papel institucional.

Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da Unidade Prestadora de Contas com os principais clientes de seus produtos e serviços:

O relacionamento da Telebras com seus clientes ocorre basicamente via contrato de prestação de serviços. Tais instrumentos são firmados por dispensa de licitação, especificamente para o atendimento ao Decreto 8135/13 na formação de redes privativas de Governo para a Administração Pública Federal, Autárquica e Fundacional, e mediante contratos privados, nos quais o segmento atendido é o dos provedores de serviço internet, empresas e corporações.

Além da relação direta com o segmento de governo e provedores de Serviços de acesso à internet, a Telebras também se relaciona com empresas do setor de telecomunicações, atuando na venda de serviços de transporte em sua rede e em acordos comerciais de compartilhamento de infraestrutura.

Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los:

As dificuldades para ingresso no mercado de Internet Banda Larga são basicamente as mesmas em todo o território nacional, tais como: infraestrutura limitada, alto custo para construção de novas redes e novas linhas de energia elétrica, além de dificuldades na obtenção das licenças necessárias à expansão da rede e instalação de novos equipamentos junto aos órgãos governamentais.

As dificuldades da Telebras para atuação no mercado brasileiro de oferta de internet banda larga são: ambiente altamente competitivo com custos cada vez menores, demandando investimentos constantes em, a fim de disponibilizar produtos com custos inferiores aos dos concorrentes e, ao mesmo tempo, produtos diferenciados ao mercado, o que exige novas abordagens de posicionamento estratégico e competitivo.

Além disso, a empresa passa por uma fase de capitalização intensiva, iniciando a amortização do investimento.

Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios:

As mudanças principais que merecem destaque estão relacionadas ao surgimento de novos provedores de serviço de acesso à internet preocupados em agregar valor à sua cadeia de negócios, o que representa diretamente à Telebras uma necessidade de ampliar e fortalecer a sua rede para garantir os novos níveis de serviços exigidos.

Repensar suas atividades continuamente, pois a dinâmica do mercado de Telecomunicações exige empresas ágeis, com níveis de serviço elevados e implementando novas tecnologias na prestação de serviço ao usuário final.

O evento Copa do Mundo, a iminência das Olimpíadas e uma evolução natural do modelo de negócio dos provedores de acesso têm apontado uma tendência de que o acesso ao usuário seja sempre ofertado com altas velocidades e que demande alta disponibilidade de tráfego. Tal fato tem impacto direto no investimento em redes de acesso que sejam flexíveis às mudanças de tecnologia.

Por fim, cabe ressaltar a publicação do Decreto 8135/13, que ratifica a necessidade de que a empresa possua uma rede, extremamente capilar e capaz de atender às demandas de governo na formação de suas redes privativas. Esta diretriz de Estado certamente provoca uma mudança na estrutura de prestação de serviços, impondo uma nova logística de operação e investimentos na construção de redes onde houver a presença da Administração Pública, Direta, Autárquica e Fundacional.

Espaço potencial de atuação vs. espaço ocupado pela Telebras

Com vistas a aferir o potencial de atuação e ampliar o espaço ocupado pela Telebras, foi realizado um estudo de praças. Essa iniciativa buscou atender às demandas advindas do seu ressurgimento.

A partir do Decreto 7.175/2010, a Telebras foi reativada com novas atribuições. Coube a ela, por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), o desafio de fomentar e difundir o uso e fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação para, entre outros objetivos, acelerar o desenvolvimento econômico e social, promover a inclusão digital e a geração de emprego e renda, ampliar os serviços de Governo Eletrônico e facilitar aos cidadãos o uso de serviços do Estado, aumentando a autonomia tecnológica e competitividade brasileiras.

Somou-se a isso o Decreto 8.135 de 2013 que, por razões de segurança nacional, transferiu a responsabilidade pela comunicação de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional às redes de telecomunicações e serviços de tecnologia da informação fornecidos por órgãos ou entidades da administração pública federal, incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista da União e suas subsidiárias, ampliando sobremaneira o espectro de suas competências.

Como qualquer empresa, a Telebras encontrou obstáculos a serem superados para que a rede possa ter a disponibilidade e a dimensão necessárias. Superá-los demanda análise e revisão constantes pelo corpo técnico e pela diretoria.

Aos desafios do PNBL, somaram-se outras atribuições igualmente importantes para o país. Com o escopo de atender aos seus objetivos sociais e institucionais, entre eles o próprio PNBL, a comunicação por meio de satélites, mostrou-se vantajosa possibilidade de integração de vasta parcela

da população aos meios de comunicações continuados, com qualidade e modicidade, bem como de franquear meios seguros de comunicação para o país, preservando sua soberania.

Para a consecução de um projeto de Satélite que atendesse a tal propósito – comunicação e segurança nacional – o Governo Federal, por meio do Decreto nº 7.769, de 28 de junho de 2012, atribuiu à Telebras, juntamente com o Ministério da Defesa, a gestão do planejamento, da construção e do lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC.

Assim, foi apresentada uma empresa com atuação mais forte no mercado de varejo, atendendo pontos individuais de órgãos do governo, além do mercado de atacado, fornecendo a provedores de serviços de internet. Além disso, almejou-se consolidar a missão precípua da instituição de fornecer soluções de telecomunicações que contribuam para o desenvolvimento e para a redução das desigualdades, de forma sustentável e com elevado padrão de qualidade, pois ao analisar as demandas mercadológicas e sociais, a instituição aproximou-se de sua Visão de ser uma empresa confiável, competente, sustentável e lucrativa, que atua como parceira de seus clientes, fornecedora estratégica de soluções de telecomunicações para a Administração Pública e mercado, atuando como agente do desenvolvimento local e fomentando a democratização do acesso à informação.

Com suas ações, a Telebras pretende projetar a empresa no mercado, aumentar o desenvolvimento social do país e fomentar os índices de inclusão digital. Isso promove um maior fluxo de troca de informações, unindo pessoas e promovendo uma maior igualdade social.

Atualmente, a rede da Telebras perpassa as cinco regiões brasileiras e pode ser visualizada na seguinte ilustração:

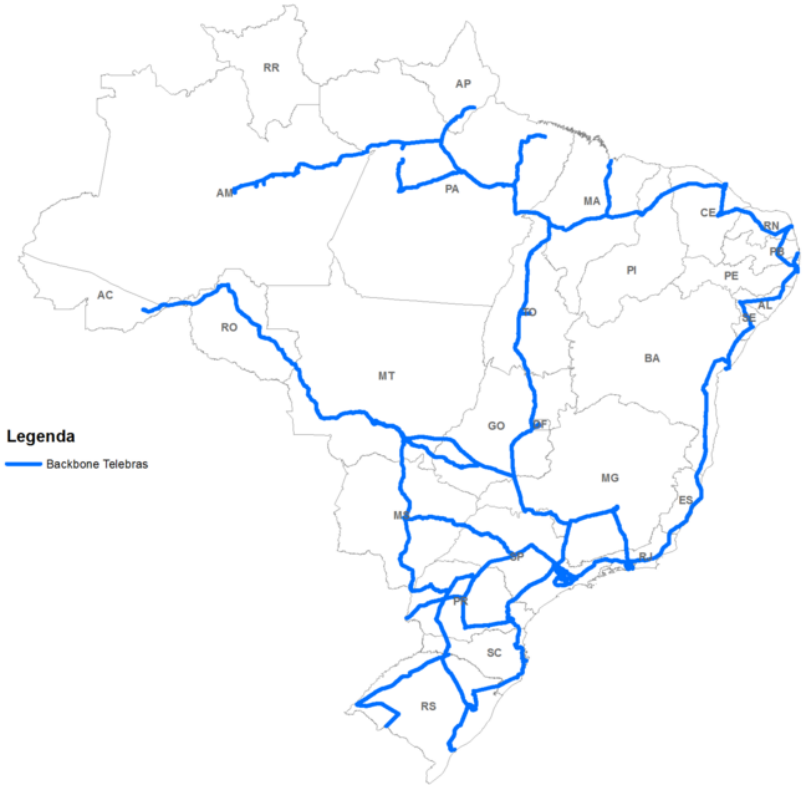

Figura 2.3.1.6 – Rede da Telebras

Portanto, ao analisar o espaço potencial e o atual da UPC, levando em consideração as especificidades de uma empresa pública, infere-se que a Telebras tem cumprido seu papel junto à sociedade e aos seus acionistas.

Expectativa da população quanto à atuação da Telebras

A Telebras tem a missão de massificar o acesso a serviços de conexão à Internet em banda larga; bem como acelerar o desenvolvimento econômico e social; promover a inclusão digital; reduzir as desigualdades social e regional; promover a geração de emprego e renda; ampliar os serviços de governo eletrônico; facilitar aos cidadãos o uso dos serviços do Estado; promover a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação; e aumentar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileiras. Isso pode ser constatado ao se levar em consideração que essas são as premissas pelas quais a empresa foi reativada, mediante o Decreto 7.615/2010.

O avanço das telecomunicações vem ao encontro da expectativa da população de que a Telebras leve conexão de qualidade, com preços acessíveis aos locais mais distantes do país, promova a inclusão digital com a massificação do acesso à internet, bem como acelere o desenvolvimento econômico-social.

Essa conclusão pode ser constatada na Pesquisa Brasileira de Mídia 2015[1], publicada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. O estudo, desenvolvido para averiguar os hábitos de mídia pela população brasileira, revelou que a importância da internet cresce diariamente. A penetração das chamadas novas mídias na sociedade ficam claras quando se analisam os dados da pergunta sobre qual meio de comunicação o entrevistado utiliza mais. A internet foi apontada por 42% dos brasileiros. Por esses critérios, ela ficaria atrás da televisão (93%) e, por uma pequena diferença, do rádio (46%).

No capítulo dedicado à internet, ressaltou-se que, apesar da sua crescente importância, é alto o percentual de entrevistados que ainda não a utilizam (51%). Concluiu-se, portanto, que as características sociodemográficas da população têm um grande impacto no uso da internet, principalmente se comparada aos outros meios de comunicação. Renda e escolaridade criam um hiato digital entre quem é um cidadão conectado e quem não é.

Portanto, os dados supracitados sugerem que a demanda da sociedade quanto à atuação da Telebras é a de que ela possa suprir esse abismo, conectando realidades e promovendo o desenvolvimento social.

[1] Disponível em: http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf

2.4. Organograma

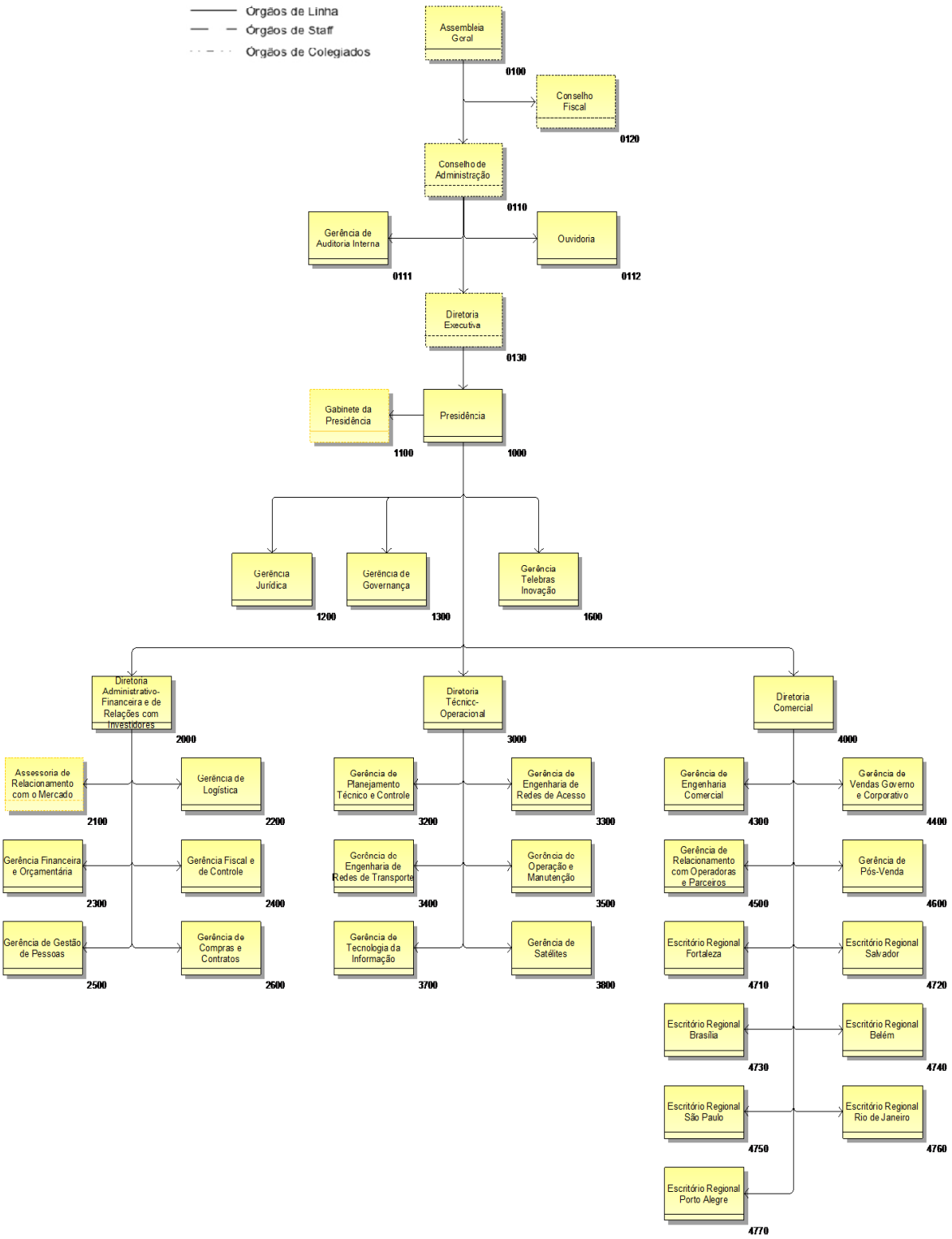

Figura 2.4.1 – Organograma da Telebras

Quadro 2.4.2 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Informação disponível no ANEXO I.

2.5. Macroprocessos finalísticos

No exercício de 2013, a cadeia de valor da Telebras foi redesenhada. Segue abaixo o primeiro nível desta cadeia.

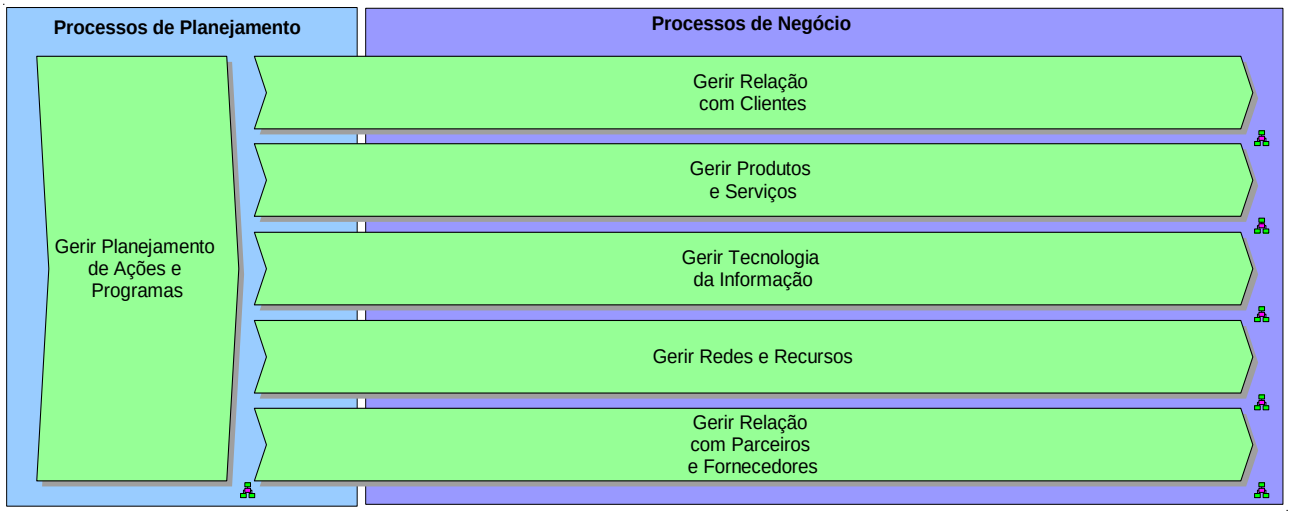

Figura 2.5.1 – Primeiro nível da cadeia de valor da Telebras

Cada um dos macroprocessos da cadeia de valor da Telebras foi detalhado em uma cadeia de valor de segundo nível, demonstrando os processos que fazem parte do macroprocesso e as suas interligações.

Uma boa parte dos processos da Cadeia de Valor da Telebras foi modelada, mas a maioria destes processos ainda não foi implantada formalmente. A execução dos processos nestes casos está sendo feito com base na experiência dos colaboradores envolvidos e no histórico de atuação da organização. Existem várias iniciativas de implantação formal de processos, culminando na sua normatização.

2.5.1. Gerir Planejamento de Ações e Programas

Este macroprocesso é responsável pela análise do contexto da organização, pela elaboração dos planos orientadores plano de negócio, planos estratégico, tático e operacional, plano de novos negócios e pelo acompanhamento da execução destes planos.

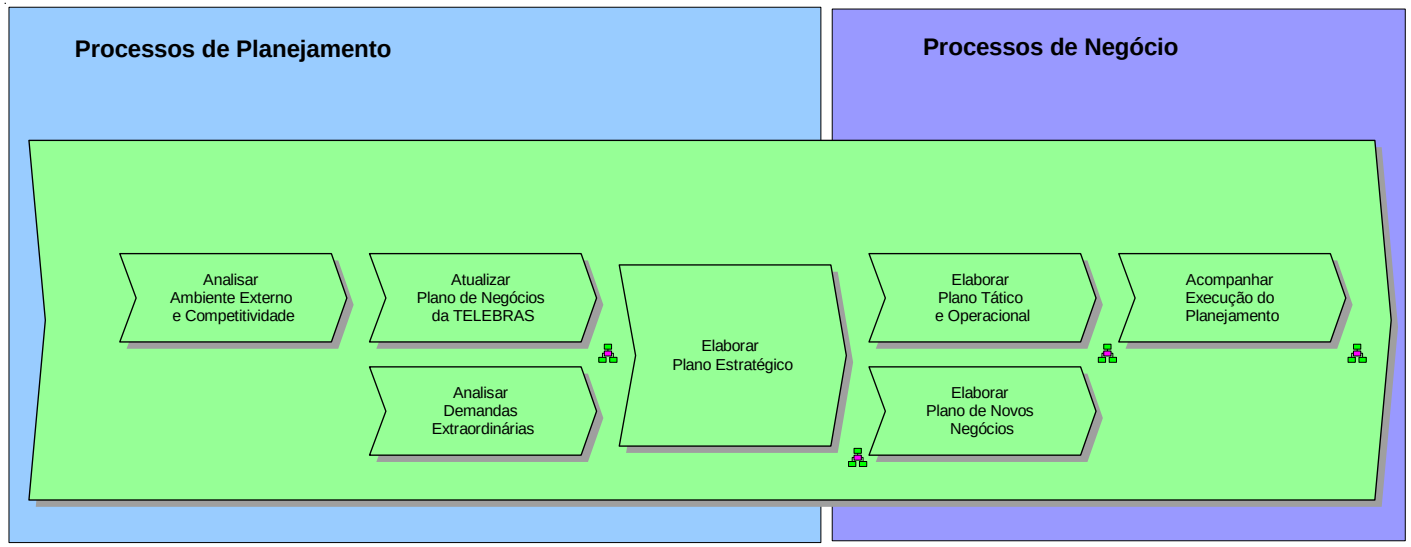

Figura 2.5.1.2 – Macroprocesso Gerir Planejamento de Ações e Programas

Os principais produtos deste macroprocesso são a análise do ambiente externo, o plano de negócios e os planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da organização. A responsabilidade pela geração destes produtos é compartilhada entre as unidades da Telebras, tendo em visto que eles são fruto de discussões com participação de todas as áreas chave da organização, com destaque para a diretoria executiva, que provê as diretrizes iniciais e toma as decisões finais. Todas as unidades da organização são clientes deste macroprocesso, tendo que alinhar sua atuação com os objetivos estratégicos definidos.

No exercício de 2015, por causa da troca na presidência, não foi feita uma revisão do Plano Estratégico. Em vez disso, foram organizadas oficinas com foco mais operacionais, para identificar entraves nos principais processos e definir soluções para que estes processos fluíssem melhor. A implementação destas soluções foi acompanhada e cobrada posteriormente, de forma que, em oficina de avaliação em dezembro, avanços significativos foram detectados.

2.5.2. Gerir Relações com Clientes

Este macroprocesso é responsável pela gestão da interface com o cliente, pela comercialização de produtos e serviços, pela iniciação da prestação de serviços e gestão de clientes após assinatura de contrato.

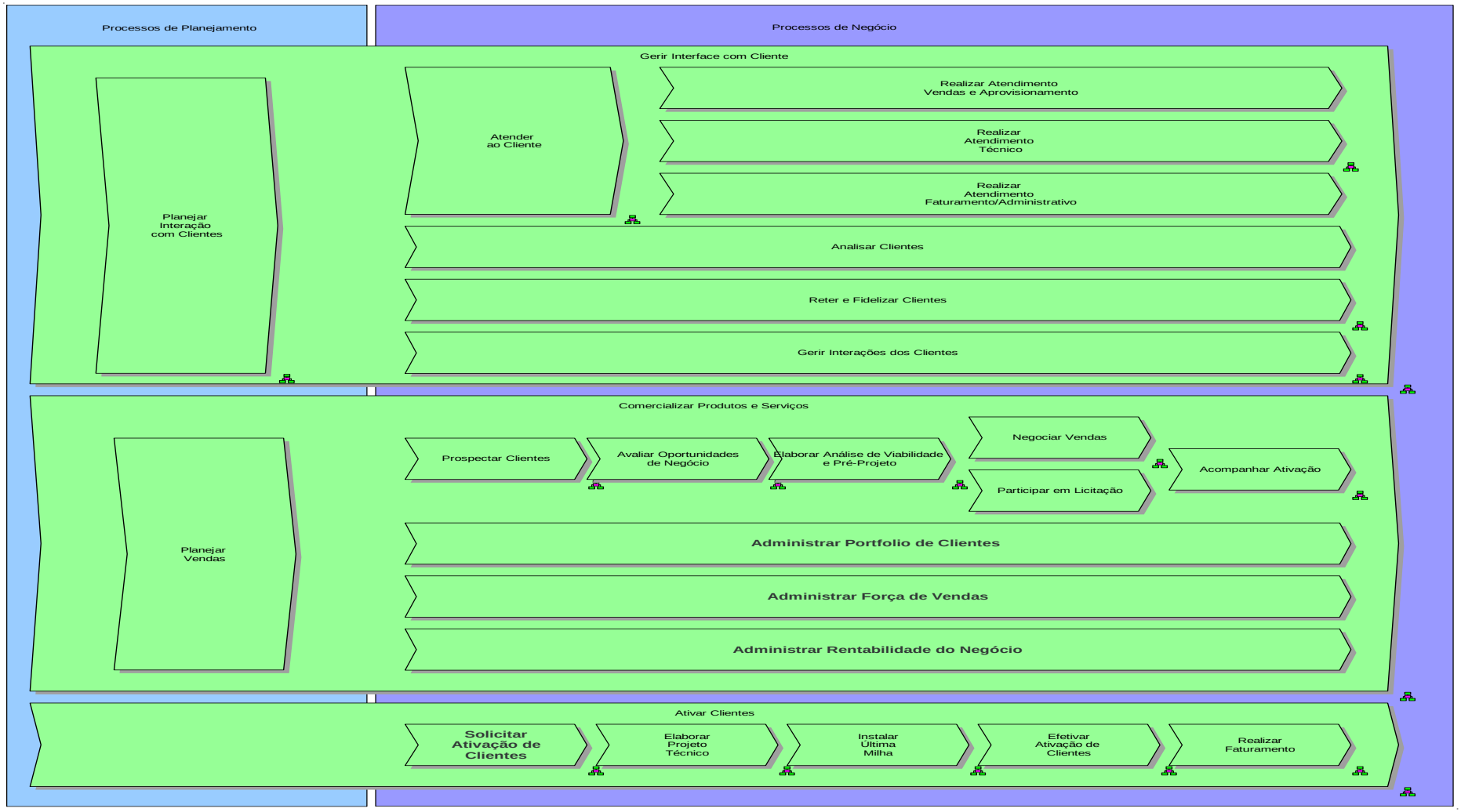

Figura 2.5.2.1 – Macroprocesso Gerir Interações com o Cliente

Os principais produtos deste macroprocesso são os contratos comerciais com os clientes, os serviços ativados para estes e a garantia de manter os mesmos fiéis e rentáveis. Os insumos para estes produtos são o Plano de Marketing como orientação e os insumos de instalação de última milha para ativação de clientes. A responsabilidade pela geração destes produtos é compartilhada entre a Diretoria Comercial, que conquista e gerencia os clientes, e a Diretoria Técnica, que ativa os serviços contratados. Os clientes deste macroprocesso são em primeira instância os clientes comerciais da Telebras, e por extensão a sociedade que se beneficia dos serviços prestados ao governo, ou como cliente final no contexto do PNBL.

O ano de 2015 encerrou com 485 contratos comerciais e termos aditivos assinados e mais de 134 Gbps de banda ativada. Isso representou um acréscimo de banda de cerca de 340% (trezentos e quarenta por cento) quando comparado ao ano de 2014 sendo possível notar que o valor de faturamento pelos serviços prestados foi duplicado no referido ano, chegando em 54 milhões de reais (fazendo abstração das receitas operacionais geradas pelo macroprocesso Gerir Relação com Parcerias).

No exercício de 2015 a Telebras intensificou sua presença nos órgãos de governo, prospectando oportunidades e construindo projetos. As atividades da área comercial foram revistas com este foco, iniciando-se uma agenda intensa de visitas, no intuito de dar publicidade ao papel da Telebras no provimento da rede de dados da administração pública, além de estabelecer ou incrementar o relacionamento comercial com esses clientes.

A Telebras intensificou o desenvolvimento de projetos a partir da atuação próxima de empresas federais e órgãos públicos, identificando as necessidades desses clientes e propondo soluções integradas, como forma de canalizar a venda dos seus produtos tradicionais.

2.5.3. Gerir Produtos e Serviços

Este macroprocesso é responsável pela análise e suprimento das necessidades de marketing da organização e pelo desenvolvimento e gestão de produtos e serviços oriundos do seu posicionamento no mercado.

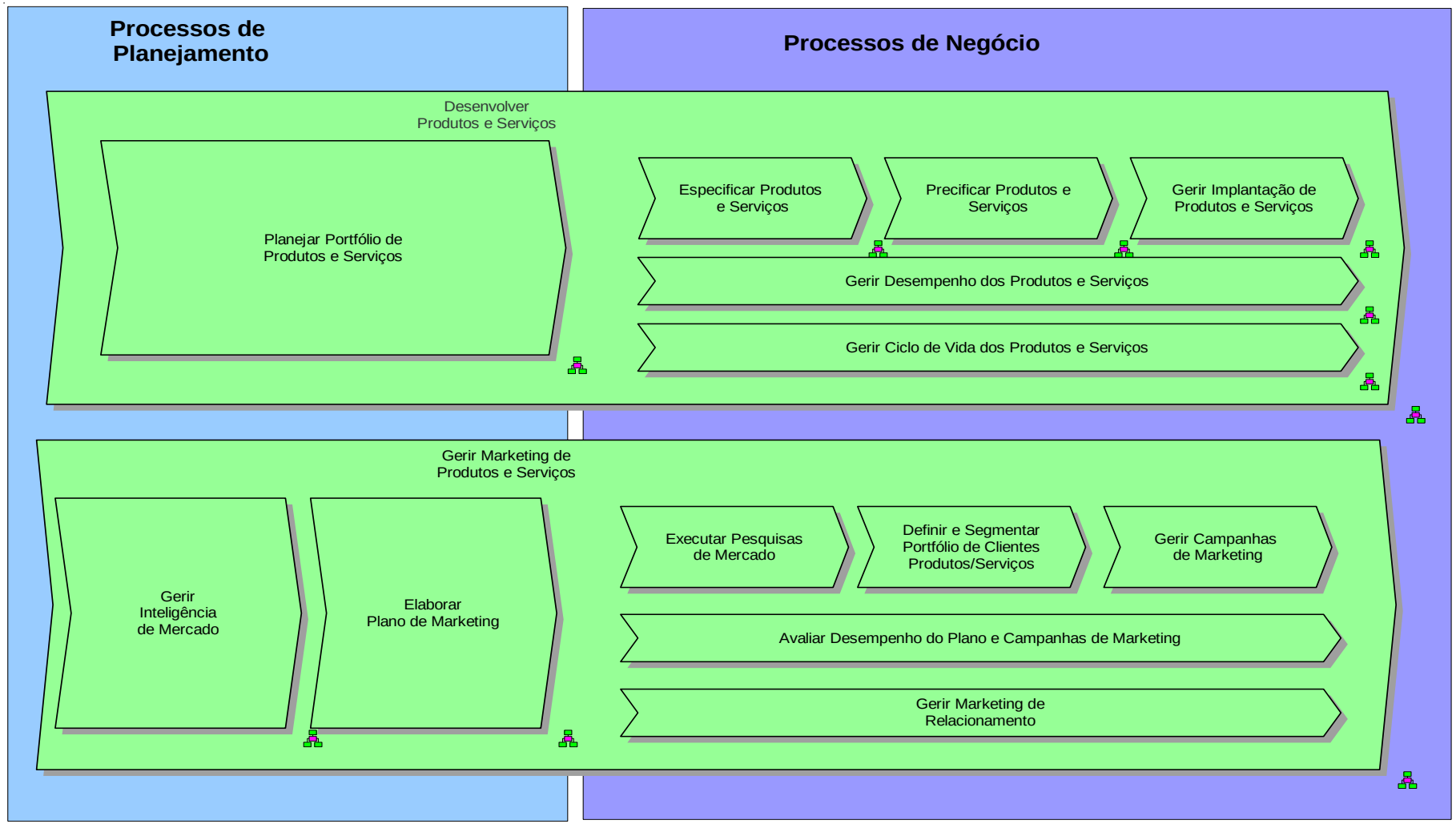

Figura 2.5.3.1 – Macroprocesso Gerir Produtos e Serviços

Os principais produtos deste macroprocesso são, por um lado, os estudos do mercado, do comportamento e necessidades dos clientes, dos resultados dos esforços comerciais e de marketing; por outro, o Plano de Marketing que orienta a atuação comercial, a expansão da rede da Telebras e a gestão do portfólio de produtos e serviços, e estes produtos e serviços com as suas respectivas características e precificação. Os principais insumos para este macroprocesso são o Plano de Negócios e o Plano Estratégico, que orientam a atuação da organização. A responsabilidade pela gestão destes processos é da recém-criada Coordenação de Marketing (transferida da Diretoria Comercial). Os clientes deste macroprocesso são as unidades que interagem diretamente com o cliente, como a Gerência de Vendas Governo e Corporativo, os Escritórios Regionais e a Gerência de Pós-Venda, e a Gerência de Planejamento Técnico e Controle, que recebe a demanda de expansão de rede.

Para dar suporte a uma atuação comercial mais estruturada, tanto no setor de governo quanto no PNBL, a área de marketing foi fortalecida em 2015 com os objetivos de definir produtos específicos para os segmentos atendidos, de revisar a estrutura de preços e de nortear de forma mais integrada o esforço de vendas.

2.5.4. Gerir Tecnologia da Informação

Este macroprocesso é responsável pelo planejamento, provimento e suporte de soluções de TI, bem como pela gestão da governança e do monitoramento dos processos de TI.

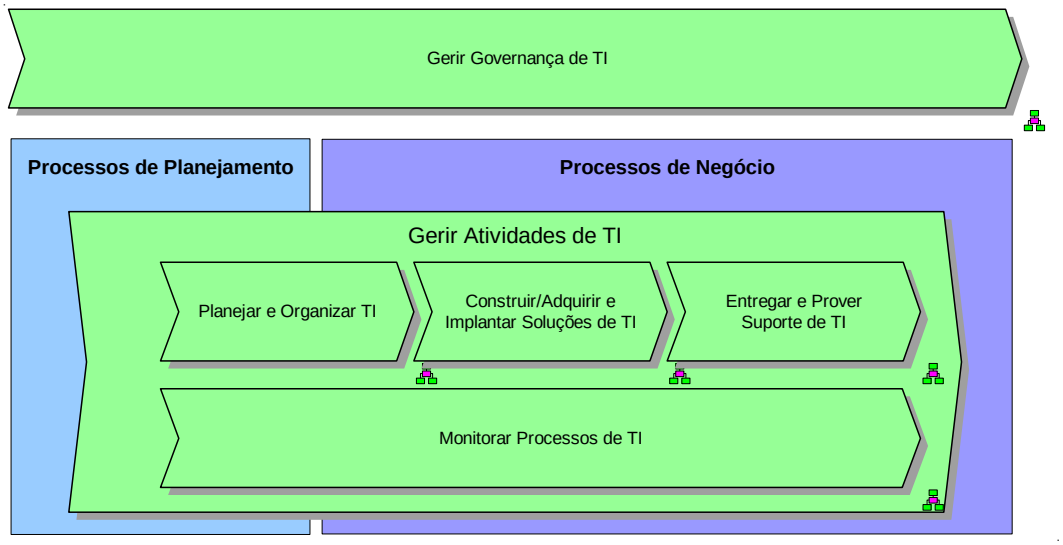

Figura 2.5.4.1 – Macroprocesso Gerir Tecnologia da Informação

Os principais produtos deste macroprocesso são soluções de TI adequadas às necessidades dos usuários, e o devido suporte para garantir a sua continuidade e confiabilidade. A responsabilidade pela geração destas soluções é da Gerência de Tecnologia da Informação, enquanto a responsabilidade pelo provimento de suporte é da Gerência de Operação e Manutenção. Os clientes deste macroprocesso são todas as unidades da organização, na medida em que tenham as suas necessidades atendidas, e os clientes da Telebras que se beneficiem de serviços com maior valor agregado.

Em 2015, o foco da organização na Gestão de TI era o aperfeiçoamento do SAP (sistema integrado de gestão), envolvendo toda a organização, além de prover o suporte necessário aos sistemas que já se encontravam em uso na Telebras. O SAP já funciona como gerador principal de informações na organização (orçamento – alocação de recursos de investimento – cadeia de suprimento – contabilidade – faturamento). Contudo, continuará a demandar esforço significativo para adequação e evolução nos próximos anos.

2.5.5. Gerir Redes e Recursos

Este macroprocesso é responsável pelo planejamento, construção, operação e manutenção da rede de telecomunicações da Telebras.

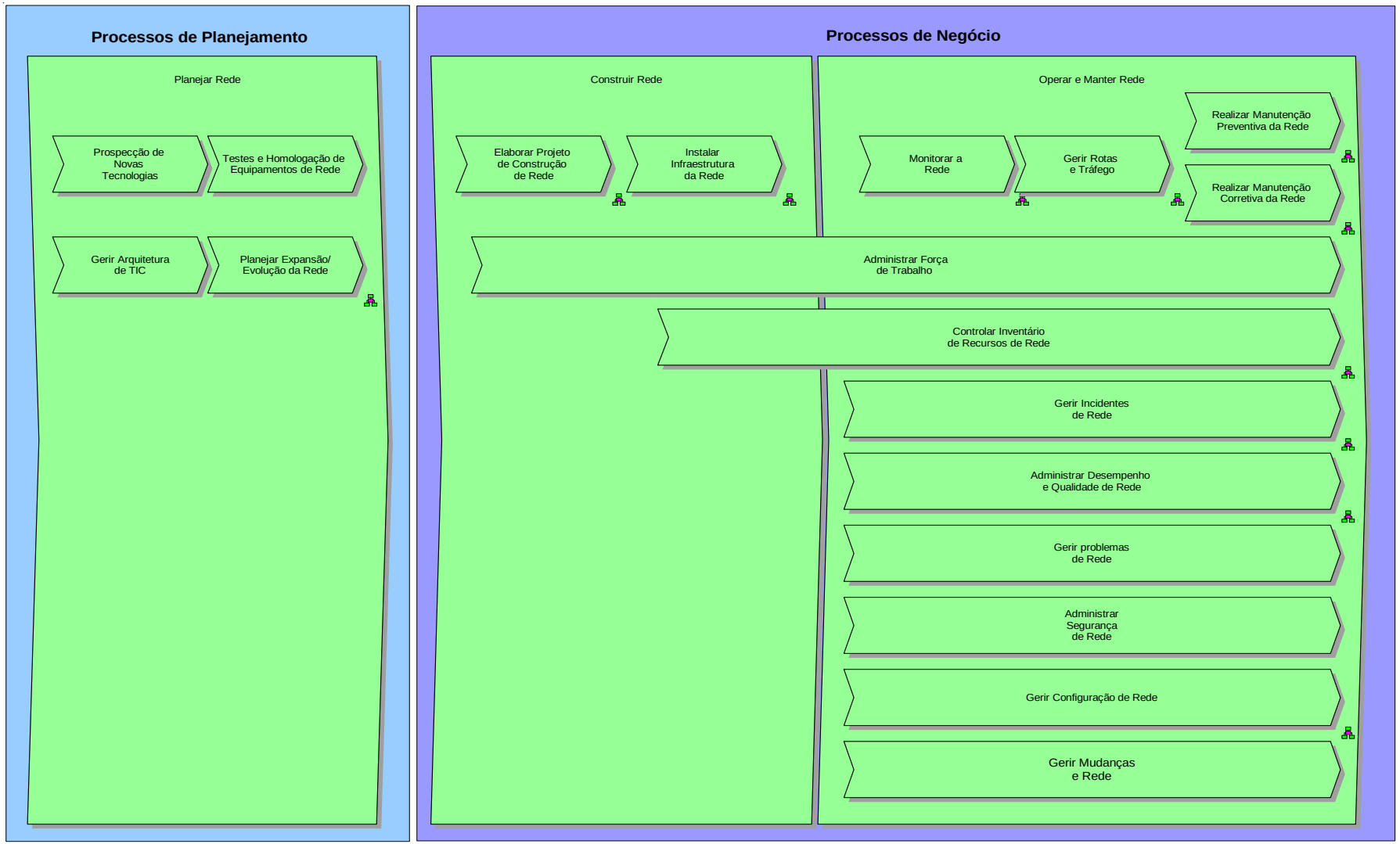

Figura 2.5.5.1 – Macroprocesso Gerir Redes e Recursos

Os principais produtos deste macroprocesso são a arquitetura de TIC, o planejamento de expansão da rede, o backbone e backhaul da Telebras, e a gestão adequada desta rede garantindo a sua continuidade e segurança. A responsabilidade da geração destes produtos é da Diretoria Técnica (Gerência de Planejamento Técnico e Controle, Gerências de Engenharia de Rede e Gerência de Operação e Manutenção). Os principais insumos são o Plano de Marketing, fibras cedidas pelos parceiros como as companhias elétricas e Petrobras, e os equipamentos e serviços de instalação adquiridos para equipar e expandir a rede. Os clientes deste macroprocesso são as unidades de venda que oferecem os produtos e serviços em cima da rede operacional. Um parceiro importante neste macroprocesso e a Gerência de Relacionamento com Operadoras e Parceiros, que negocia trechos necessários que não serão construídos neste momento com outros players do mercado.

Em 2015, não houve expansão expressiva da rede de telecomunicações. Ampliações e novas implantações de Estações de Backbone e de Estações de Atendimento (EA), assim como as 21 redes metropolitanas previstas para 2015, tiveram seu orçamento contingenciado pelo Governo Federal, e assim reprogramado na proposta orçamentária da LOA 2016. De qualquer forma, os trabalhos de planejamento e projetos destas infraestruturas foram executados, possibilitando-se a antecipação dos processos licitatórios que resultaram na assinatura de diversas Atas de Registro de Preço destas infraestruturas para redes ópticas e suas estações de telecomunicações. Este trabalho antecipa grande parte do ciclo aquisitivo e de implantação, possibilitando em 2016 a rápida retomada dos projetos previstos em 2015, assim que sejam liberados os recursos orçamentários propostos.

Apesar deste contingenciamento, o volume de equipamentos gerenciados na rede da Telebras (1592 em dez/15) continua aumentando, o que demonstra a complexidade operacional da planta da rede nacional de longa distância (Backbone) e das redes metropolitanas, como mostra o gráfico abaixo.

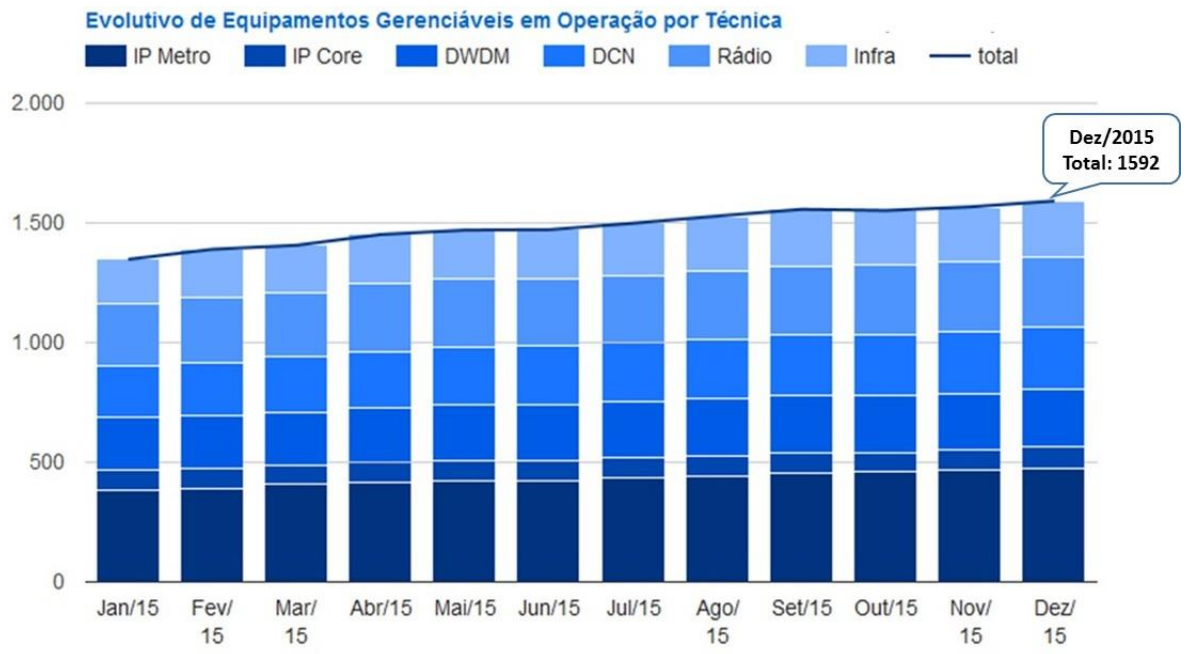

Figura 2.5.6.1 – Evolutivo de Equipamentos Gerenciáveis em Operação Técnica

O projeto SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas) não foi submetido a contingenciamentos fortes e continua dentro do cronograma estabelecido. Este projeto complementará a rede de telecomunicações da Telebras, garantindo cobertura de todo o território nacional.

2.5.6. Gerir Relações com Parceiros e Fornecedores

Este macroprocesso é responsável pelo planejamento, seleção, acionamento e avaliação de parceiros e fornecedores e pela integração administrativa e gerencial com os demais processos da cadeia de valor.

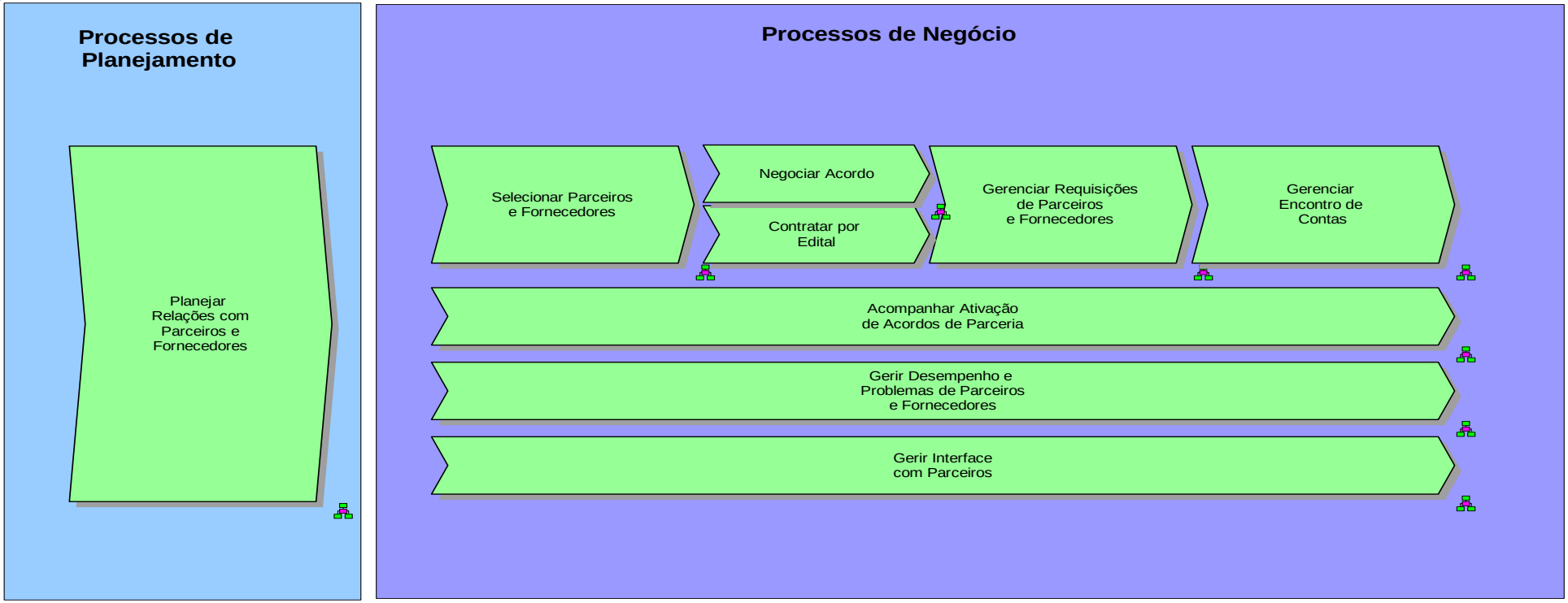

Figura 2.5.6.1 – Macroprocesso Gerir Relações com Parceiros e Fornecedores

Os principais produtos deste macroprocesso são fibras, circuitos e capacidades contratados de parceiros e operadoras para suprir necessidades da organização provenientes do planejamento técnico de expansão da rede ou de atendimento de clientes, além de serviços vendidos para estes intervenientes. A responsabilidade pela geração destes produtos é da Gerência de Relacionamento com Operadoras e Parceiros. Os clientes deste macroprocesso são a Gerência de Operação e Manutenção, responsável pela gestão da rede, e as gerências de venda, que precisam de circuitos para atender os clientes.

Este macroprocesso gerou uma receita própria operacional de 8,3 milhões de reais, representando 13,4% do total do exercício de 2015, fruto de contratos fechados com operadoras e parceiros.

2.6. Composição acionária do capital social

Quadro 2.6.1 – Composição acionária do capital social

Denominação completa			
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS			
Ações Ordinárias (%)		**Posição em**	
ACIONISTAS		**31/12/2015**	**31/12/2014**
Governo	Tesouro Nacional	57,61%	57,61%
	Outras Entidades Governamentais	35,32%	35,32%
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos		
	Ações em Tesouraria		
	% Governo	92,93%	92,93%
Free Float	Pessoas Físicas	0,85%	0,84%
	Pessoas Jurídicas	6,22%	6,23%
	Capital Estrangeiro		
	% free float	7,07%	7,07%
	Subtotal Ordinárias (%)	100,00%	100,00%
Ações Preferenciais (%)		**Posição em**	
ACIONISTAS		**31/12/2015**	**31/12/2014**
Governo	Tesouro Nacional		
	Outras Entidades Governamentais		
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos		
	Ações em Tesouraria		
	% Governo	0,00%	0,00%
Free Float	Pessoas Físicas	69,81%	68,94%
	Pessoas Jurídicas	29,52%	30,31%
	Capital Estrangeiro	0,67%	0,75%
	% free float	100,00%	100,00%
	Subtotal Preferenciais (%)	100,00%	100,00%
	Total	**100%**	**100%**

2.7. Participação em outras sociedades

No quadro abaixo é demonstrada a participação acionária da Telebras em outras empresas, posição em 31/12/2015 e 31/12/2014.

Quadro 2.7.1 - Investimentos Permanentes em outras sociedades

UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2015		
Denominação Investidora	**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S. A. TELEBRAS**	
Ações Ordinárias (% de participação)		
Empresa Investida	31/12/2015	31/12/2014
VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A.	**49%**	**49%**
TELEBRAS COPA S.A.	**100%**	**100%**
CABOS BRASIL EUROPA S.A.	**35%**	**ZERO**
Ações Preferenciais (% de participação)		
Não existe participação em ações preferenciais em qualquer empresa.	**0%**	**0%**

2.8. Principais eventos societários ocorridos no exercício

Em 2015, foi constituída a empresa Cabos Brasil Europa S.A., que tem por objetivo a construção, operação, manutenção e a comercialização de infraestrutura de cabo submarino de telecomunicações e serviços afins, entre a Europa e o Brasil. A Cabos Brasil Europa S.A. é uma *joint-venture* da Telebras com a Islalink S.L., empresa espanhola com grande experiência em construção e exploração de cabos submarinos. Do capital social desta *joint-venture*, a Telebras detém 35%, representando um aporte de capital em 2015 de R$1.225.000,00.

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1. Planejamento organizacional

Em 2015, com a mudança na presidência da organização, a gestão anterior não finalizou a revisão do planejamento e a nova gestão optou pela postergação do planejamento estratégico até que ela tivesse uma visão mais profunda da realidade da organização e seus desafios. A revisão completa do planejamento estratégico é prevista para 2016. Em abril de 2016, foi organizada a primeira oficina do ciclo de planejamento, definindo novos objetivos estratégicos. Até final de maio de 2016, o planejamento estratégico deve ser concluído.

Desta forma, em vez de um planejamento estratégico, foram realizadas oficinas de identificação e resolução de entraves operacionais, que dificultam a realização dos objetivos da Telebras, com participação de todo corpo gerencial da empresa. Para estes entraves, planos de ação foram elaborados e a sua execução acompanhada periodicamente.

Como resultado destes planos de ação, resultados importantes foram obtidos, como a estruturação da coordenação de marketing, responsável pelo desenvolvimento de produtos e a revisão de estrutura de preços, e a dedicação de recursos humanos para agilizar o licenciamento de obras.

Apesar de não revisar por completo o planejamento estratégico, alguns elementos foram reformulados e seguem abaixo:

a) Missão e Visão:

Missão: Fornecer soluções de telecomunicações seguras e com qualidade para o desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades sociais.

Visão: Ser uma empresa de governo autossustentável, principal fornecedora de soluções de telecomunicações para a Administração Pública. Estar presente em áreas não atendidas de forma a assegurar a democratização do acesso a conteúdos digitais.

A Missão é o objetivo fundamental de uma organização, traduz a finalidade última da empresa e consiste na definição dos seus fins estratégicos gerais. A Telebras adotou sua Missão ressaltando seis temas em sua construção. São eles: “telecomunicações” – define claramente seu escopo de atuação técnico; “seguras” – um dos principais diferenciais da empresa deve ser a segurança que as suas soluções providenciam para os dados dos seus clientes, principalmente aqueles do setor de governo; “qualidade” – dá foco constante na evolução tecnológica e no uso das melhores práticas nas diversas linhas de gestão; “desenvolvimento” – com o objetivo de alavancar o desenvolvimento tecnológico nacional e “redução das desigualdades” – envolvendo a dimensão social proporcionando a inclusão por meio do acesso à informação e ao conhecimento.

A Visão é o estado futuro desejado, alinhado às aspirações da organização, define o norte próximo a ser alcançado orientado pela Missão. Nesta construção, a Telebras reforçou o norteamento dado pela Missão abordando os temas: “autossustentável” – dando um viés econômico responsável, buscando margens de receita que garantam o investimento sem prejudicar o ambiente onde está inserida; “soluções para a Administração Pública” – o setor governo é visto como de suma importância para a Telebras; “presente em áreas não atendidas” e “democratização do acesso” – reforçam a importância para a Telebras do seu papel social e de executora de políticas públicas.

b) Valores

Satisfação dos clientes: Os serviços prestados pela empresa devem atender plenamente às expectativas dos clientes e fortalecer os seus laços de confiança com a Telebras;

Compromisso com resultados: Buscar atingir e exceder os resultados planejados, de forma a criar valor para os clientes, a empresa e a sociedade;

Excelência Empresarial: Empregar práticas de gestão que assegurem os mais altos padrões disponíveis de qualidade e nível de serviço, procurando satisfazer nossos clientes e acionistas;

Excelência Tecnológica: Utilizar e estimular o desenvolvimento de tecnologias de alto desempenho, a partir de uma inteligência própria de engenharia;

Valorização dos empregados: A Telebras deve proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável, que reconheça com justiça o desempenho e estimule a iniciativa, a criatividade e o desenvolvimento dos empregados da empresa;

Ética: Pautar as relações de trabalho e os relacionamentos empresariais por elevados padrões éticos, colocando a honestidade, a confiabilidade, a transparência e o respeito como marca das decisões e práticas cotidianas da empresa;

Responsabilidade Social e Ambiental: Atuar com responsabilidade no sentido de promover o bem comum, avaliando as consequências das suas ações, de forma a evitar riscos e danos às pessoas, à cultura, à sociedade e ao meio ambiente.

c) Dimensões do Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico da Telebras tem a sua base metodológica no Balanced Score Card (BSC). As dimensões estratégicas adotadas são as seguintes:

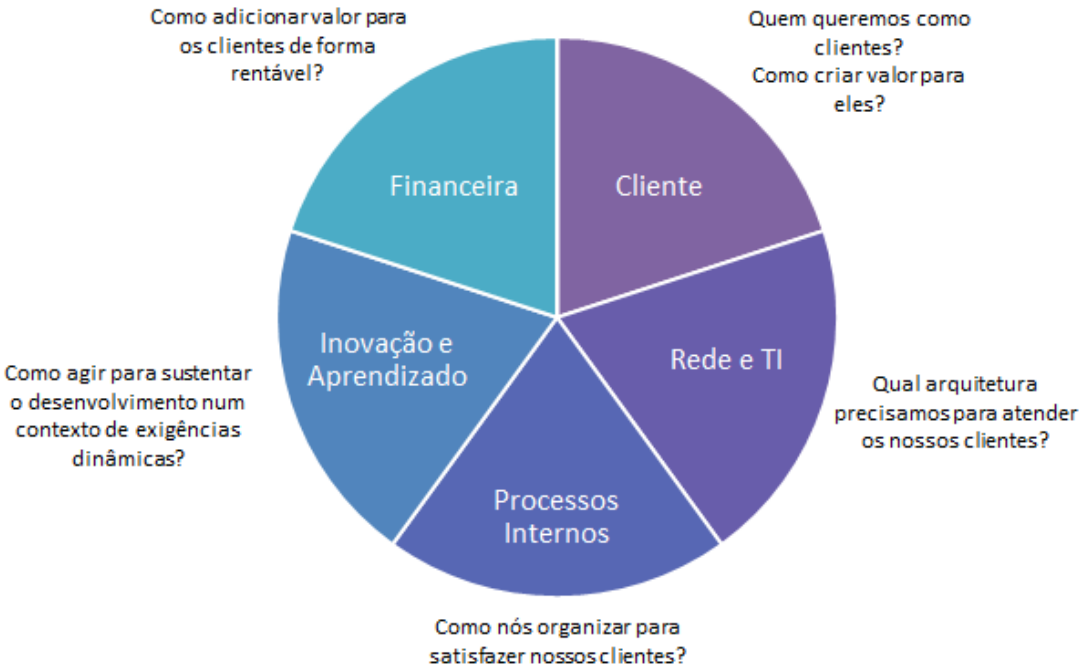

Figura 3.1.1 – Balanced Score Card

Em comparação com as dimensões tradicionais do BSC, foi incluída a dimensão Rede e TI pela sua importância vital para poder prestar os serviços que justificam a existência da organização.

d) Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos da organização seguem abaixo:

Dimensão	Objetivos estratégicos	
Financeiro	Mostrar potencial de valorização	Se tornar auto sustentável
Cliente	Prover um pacote robusto de serviços e com qualidade para todos os clientes	Ser fornecedor relevante para o governo e para o PNBL
Rede e TI	Ter uma rede alinhada com as necessidades de todos os clientes	
Processos internos	Ser uma empresa inovadora	Estimular a execução de planejamento e controle
Inovação e aprendizado	Trazer mais agilidade para os processos	Melhorar a qualidade e disponibilidade da informação

Figura 3.1.2 – Objetivos estratégicos

Estes objetivos orientam a atuação da empresa, tanto na definição e execução de projetos de transformação, quanto na execução dos processos da organização.

e) Iniciativa estratégica e seus resultados

As iniciativas estratégicas vinculadas aos objetivos e seus resultados até o final do exercício de 2015 seguem na tabela abaixo:

Quadro 3.1.3 – Iniciativa estratégica e seus resultados

Informação disponível no ANEXO II.

3.2. Desempenho orçamentário

Quadro 3.2.1 - Informações sobre a execução das despesas

Unidade Orçamentária: Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras		**Código UO:** 41202		**UGO:**
Modalidade de Contratação	**Despesa Contratada**		**Despesa paga**	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**67.877.531**	**72.560.136**	**87.807.434**	**165.138.261**
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	5.117.210
d) Pregão	67.877.531	72.560.136	87.807.434	160.021.051
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	**9.348.122**	**29.523.230**	**637.629.966**	**639.825.858**
h) Dispensa	863.302	29.096.218	548.629.715	617.428.095
i) Inexigibilidade	8.484.820	427.012	89.000.251	22.397.763
3. Regime de Execução Especial	**44.385**	**24.942**	**44.385**	**24.942**
j) Suprimento de Fundos	44.385	24.942	44.385	24.942
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**48.009.886**	**39.854.174**	**41.219.711**	**43.506.281**
k) Pagamento em Folha	47.016.170	39.314.355	40.498.747	42.997.249
l) Diárias	993.716	539.819	720.964	509.032
5. Outros	**97.243.234**	**25.840.616**	**105.872.993**	**51.277.736**
6. Total (1+2+3+4+5)	**222.523.158**	**167.803.098**	**872.574.489**	**899.773.078**

Em relação à coluna "Despesa Contratada", consta o somatório referente às contratações realizadas. Quanto à coluna "Despesa Paga", consta o somatório pago (valor líquido) referente às realizações financeiras (caixa).

Na linha Concorrência, as despesas pagas em 2014 são referentes às contratações realizadas no exercício de 2012, por isso, não constam informações nas colunas referentes à Despesa Contratada. A realização está relacionada à infraestrutura para atender a Ação 12OF (Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga) e 147A (Implantação de Infraestrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Copa e Grandes Eventos).

Pregão: são considerados os valores dos pregões realizados pela própria Telebras, Adesão a Ata e Sistema de Registro de Preço. As realizações são referentes a investimentos e despesas com materiais e produtos, serviços de terceiros e utilidades.

Dispensa de Licitação: a maior realização é referente à Ação 146Z (Aquisição de um Satélite em Posição Orbital). Há de ressaltar que a fundamentação legal da contratação de aquisição do Satélite por dispensa de licitação, por razões de segurança nacional, com espeque no inciso IX do art. 24, da Lei nº Lei nº 8.666/93 c/c Decreto nº 2.295/97. Por sua vez, Decreto nº 7.769, de 28 de junho de 2012, dispôs sobre a gestão do planejamento, da construção e do lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC. O decreto retro identificado determinou a criação do Comitê Diretor do Projeto e do Grupo-Executivo, sendo certo que os representantes dos referidos colegiados serão indicados pelos ministérios das Comunicações; da Defesa; da Ciência Tecnologia e Inovação, bem como contará com representantes da Telecomunicações Brasileiras S.A. Telebras; Agência Espacial Brasileira – AEB; e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais INPE.

Inexigibilidade: ocorre, principalmente, a necessidade de aluguel de circuitos, infraestrutura (fibra óptica, locação de postes e de espaço físico), capacitações e eventos e das contratações diretas amparadas pelo artigo 173 da Constituição Federal.

Pagamento em Folha: em Despesas Contratadas, está sendo considerado o valor referente à conta 241.000 (Pessoal e Encargos Sociais), constante no Sistema de Informação das Estatais (SIEST), e para as Despesas Pagas, está sendo considerado o valor constante do fluxo de caixa, conta 461.100 do SIEST.

Diárias: Despesas Contratadas, está sendo considerado o valor constante no Balanço Patrimonial da empresa, e para Despesas Pagas, está sendo considerado o valor constante no Sistema SAP.

Outros: Na coluna Despesas Contratadas, são considerados os valores constantes nas contas 245.000 (Tributos e Encargos Parafiscais) e 246.000 (Encargos Financeiros e Outros) do SIEST, inclusive, pagamento por autorização de dispêndios, requisição de pagamento e honorários advocatícios.

Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados:

No tocante aos recursos orçamentários e financeiros, os esforços foram dirigidos ao gerenciamento dos recursos disponíveis e a realizar. Dentro desse contexto, mereceu especial atenção a gestão do orçamento controlado pelo Governo por meio do Programa de Dispêndios Globais (PDG/2015), aprovado pelo Decreto nº 8.383, de 29 de dezembro de 2014, e alterado pelo Decreto nº 8.631, de 30 de dezembro de 2015.

Quadro 3.2.2 – Fontes e usos

Valores em R$ 1

FONTES E USOS	PDG APROVADO 1	PDG REALIZADO 2	% REALIZAÇÃO
FONTE DE RECURSOS	**871.598.866**	**624.794.551**	**72%**
Receitas	103.428.545	101.938.666	99%
Recursos para Aumento de Capital	632.126.785	386.812.349	61%
Operação de Crédito	136.043.536	136.043.536	100%
USO DE RECURSOS	**1.290.032.451**	**870.795.483**	**68%**
Dispêndios Correntes	381.395.959	273.016.139	72%
Dispêndios de Capital	908.636.492	597.779.344	66%

Fonte: (1) Decreto nº 8.631/2015. (2) SIEST e Balanço Patrimonial.

Orçamento de Investimento (OI) da Telebras para o exercício de 2015 teve a sua aprovação feita pela Lei Orçamentária nº 13.115, de 20 de abril de 2015 (LOA/2015), seu limite final aprovado pelo Decreto nº 8.631/2015 (Reprogramação Orçamentária), Lei nº 13.225, de 23 de dezembro de 2015, suplementou a Ação 4103 (Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento), e Lei nº 13.226, de 23 de dezembro de 2015, reativou a ação 147A (Implantação de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação para a Copa e Grandes Eventos), conforme segue:

Quadro 3.2.3 – Orçamento de Investimento

Valores em R$ 1

Descrição	Ações	OI Aprovado[1]	OI Realizado[2]	% Realização
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	4101	216.000	19.132	9%
Manutenção e Adequação de Bens Móveis	4102	310.453	5.062	2%
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	4103	13.006.500	5.656.406	43%
Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga	12OF	251.903.102	31.250.851	12%
Implantação de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação para a Copa e Grandes Eventos	147A	2.000.000	463.285	23%
Lançamento de Satélite de Comunicação	146Z	636.200.437	559.159.607	88%
Inversão Financeira		5.000.000	1.200.000	24%
TOTAL		**908.636.492**	**597.754.343**	**66%**

Fonte: (1) Decreto nº 8.631/2015, Lei nº 13.225/2015, Lei nº 13.226/2015. (2) SIOP e Balanço Patrimonial.

A Ação 4101 (Manutenção e Adequação de Bens Imóveis) visa adequar as instalações físicas da Telebras, nos imóveis alugados pela Empresa (Sede e escritórios regionais), com realização de obras e estruturas.

A Ação 4102 (Manutenção e Adequação de Bens Móveis) visa os investimentos que promovam o funcionamento operacional, a realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade da Empresa.

A Ação 4103 (Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento) visa os investimentos em infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação necessárias ao funcionamento da Empresa, com a aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento.

Na elaboração da proposta orçamentária de 2015, a Telebras solicitou o aporte de capital para investimentos na Ação 4103 de R$ 32,9 MM, porém a Empresa não foi contemplada com a referência monetária, conforme consta no Ofício-Circular nº 08/SOF/MP, de 12/8/2015. Diante disso, a proposta orçamentária para Ação ficou com uma previsão de R$ 0,5 MM, com fonte Recurso Próprio.

Os investimentos relacionados com tecnologia da informação e comunicação é base para adequação e evoluções organizacionais, principalmente, para instituições que trabalham com telecomunicações em virtude da grande atualização tecnológica envolvida no setor. A dotação orçamentária aprovada na LOA/2015 mostrou-se insuficiente para as necessidades de dispêndios que garantam a operação e segurança da empresa.

Para a elaboração da reprogramação orçamentária, as prioridades foram revisadas e os projetos redimensionados, dessa forma, chegou-se ao mínimo necessário de R$ 13,0 MM, cuja a sua suplementação foi aprovada pela Lei nº 13.225/2015.

A fim de evitar a descontinuidade de projetos e serviços sensíveis para a operacionalização da Empresa, a Reunião de Diretoria do dia 22 de julho de 2015 (REDIR-1252) autorizou o andamento das atividades até que a suplementação fosse aprovada. Para se evitar uma possível extrapolação, os dispêndios realizados no período foram os estritamente necessários para evitar a interrupção dos sistemas em funcionamento.

A baixa realização, se comparado com o aprovado, é decorrente da cautela dos investimentos realizados até a aprovação da suplementação, 23 de dezembro de 2015, e pela indisponibilidade de tendo tempo hábil para execução e realizações necessárias e previamente previstas.

A Ação 12OF (Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga) visa a implantação da infraestrutura necessária para o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). O Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, estabeleceu que caberá à Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, a consecução dos objetivos do PNBL. Para viabilizar o projeto é essencial a implantação da infraestrutura nas cinco regiões do País (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste).

Para isso, é fundamental a aquisição, instalação e ativação de equipamentos de telecomunicações de fibras ópticas, com tecnologia DWDM (Dense Wavelenght Division Multiplexing), rede de transporte em rádio digital de alta velocidade para interligação de Pontos de Presença (POPs) aos municípios (backhaul), integração da rede aos pontos de troca de tráfego internet (PTTs), estruturação de rede IP para prestação de serviços multimídia e estabelecimento de parcerias para massificar o acesso em banda larga.

A implantação da infraestrutura de backhaul compreende a disponibilização de capacidade de internet em banda larga, conforme as diretrizes do PNBL:

- Implementar a rede privativa de comunicação da administração pública federal;
- Prestar apoio e suporte às políticas públicas de conexão em banda larga para universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários e outros pontos de interesse público;
- Prover infraestrutura e redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sem fins lucrativos;
- Prestar serviço de conexão à internet em banda larga para usuários finais, apenas e tão somente em localidades onde inexista oferta adequada daqueles serviços.

A Ação teve a sua dotação orçamentária inicial de R$ 500,0 MM aprovada pela LOA/2015, tendo como fonte de recursos aporte de capital da União, por meio da Ação 00PA (Participação da União no Capital - Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRAS - Implementação da Infraestrutura para a Prestação de Serviços de Comunicação de Dados), Orçamento Fiscal do Ministério das Comunicações.

Até o período de elaboração da proposta de reprogramação orçamentária não houve repasse de recursos para o dispêndio, diante disso, a Telebras viu-se obrigada a reavaliar seu cronograma de implantação de forma a reduzir a necessidade de recurso, assim chegou-se ao montante de R$ 251,9 MM, distribuído pelas fontes saldo de exercícios anteriores (R$ 38,8 MM) e aporte de capital da União (R$ 213,1 MM).

A baixa execução de R$ 31,3 MM, que representa 12% em relação ao reprogramado, decorre da não realização dos repasses da União, no exercício de 2015, para cobrir os investimentos programados. Dessa forma, os projetos planejados para o ano de vigência tiveram suas realizações comprometidas, deslocando os seus cronogramas para exercícios posteriores.

Se comparada a execução orçamentária com à disponibilidade de recurso (saldo de exercícios anteriores), será identificada uma realização de 81% do disponível. Isso demonstra o rigor no acompanhamento das áreas responsáveis pelos investimentos e da orçamentária e financeira em relação as realizações dos dispêndios com as dotações orçamentárias e disponibilidades financeiras.

A Ação 147A (Implantação de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação para a Copa e Grandes Eventos) visava cumprir a resolução do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 - GECOPA, que designa a Telebras para atender às demandas de infraestrutura de telecomunicações nos Estádios, Aeroportos, Centros de Treinamentos e demais pontos de interesse da FIFA nas localidades do evento. A Ação, inicialmente, foi descontinuada ao término do exercício de 2014, porém em decorrência da aceitação de equipamentos e serviços ocorrerem apenas no exercício de 2015, foi necessária a reativação a fim de honrar os compromissos assumidos.

Entre o final de 2015 e o início de 2016 foi feita uma revisão nos pedidos de compra emitidos na ação 147A e foi identificado que o valor de R$ 2,0 MM alocados em 2015 para esta ação estava muito acima do necessário. Para a conclusão de obras e a entrada de notas fiscais restantes desta ação, será necessário um valor de R$ 100,00 mil reais, portanto este valor somado aos R$ 463,29 mil realizados em 2015, totalizam um valor de R$ 563,29 mil para esta ação em 2015 e 2016. Desta forma e após esta revisão, a realização da ação 147A passa a ser de 82,2% em 2015, devendo chegar aos 100% em 2016.

A Ação 146Z (Aquisição de um Satélite em Posição Orbital) visa assegurar ao Brasil sua independência internacional no segmento satelital, perdida quando da privatização do Sistema Telebras; garantir que o segmento de defesa e as comunicações estratégicas do país estejam sob controle nacional; e atender ao restante dos municípios que não possuam cobertura terrestre do backbone da Telebras.

O sistema satelital será composto de um único artefato espacial que atenderá os serviços de comunicação militar e comercial, operando respectivamente na Banda X e Ka. Serão implantadas 2 (duas) estações terrenas para controle, gerenciamento e monitoramento. Os equipamentos de terra serão definidos conforme a função da demanda apresentada. A posição orbital de 75º W será coordenada com as administrações internacionais com a ajuda da Anatel/UIT, garantindo a posição no escasso arco geoestacionário.

A Ação teve a sua dotação orçamentária inicial de R$ 748,9 MM aprovada pela LOA/2015, tendo como fonte de recursos aporte de capital da União (R$ 396,6 MM), por meio da Ação 00P8 (Participação da União no Capital - Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRÁS – Desenvolvimento e Lançamento de Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica - SGDC), Orçamento Fiscal do Ministério das Comunicações, e recurso próprio (R$ 352,3 MM).

O projeto tinha capacidade de realização maior que o programado originalmente para o exercício de 2015, o que demandaria uma disponibilidade orçamentária e financeira maior que o aprovado. Como não havia previsão da realização de aportes adicionais de capital, tenha visto os Decretos: nº 8.434, de 22/4/2015; nº 8.456, de 22/5/2015; nº 8.480, de 8/7/201; nº 8.496, de 30/7/2015; e o Ofício nº 29216/2015/SEI-MC, de 4/9/2015, que informa a redução do limite do orçamento fiscal da Ação 00P8 (Participação da União no Capital - Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRAS – Desenvolvimento e Lançamento de Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica – SGDC) de R$ 396,6 MM para R$ 375,2 MM, a Telebras redefiniu as estratégias de contratações e o cronograma de execução do projeto.

Dessa forma, parte do programado foi replanejado para exercícios futuros. Consequentemente, o projeto apresentou uma redução de execução para o exercício de 2015 para R$ 636,2 MM.

A inversão financeira referente ao Lançamento de Cabo Oceânico para Interconexão Brasil/Europa visa assegurar ao Brasil sua independência internacional, perdida quando da privatização do Sistema Telebras e garantir preços competitivos para acesso ao backbone internacional de Internet.

O dispêndio teve a sua dotação orçamentária inicial de R$ 50,0 MM aprovada pela Decreto nº 8.383/2014, tendo como fonte de recursos o aporte de capital da União (R$ 50,0 MM), por meio da Ação 00P9 (Participação da União no Capital - Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRÁS – Instalação de Cabo Submarino), Orçamento Fiscal do Ministério das Comunicações.

Até o período de elaboração da proposta de reprogramação orçamentária não houve repasse de recursos para o dispêndio, a Telebras teve que redimensionar as suas atividades, reduzindo a programação para R$ 5,0 MM, aprovado pelo Decreto nº 8.631/2015.

A realização foi referente a constituição da empresa Brasil Cabos Europa S/A (Ellalink), que tem como objeto a construção, operação, manutenção e a comercialização de infraestrutura de cabo submarino de telecomunicações de serviços afins, entre o Brasil e Europa. Não houve repasse da União para o dispêndio, os compromissos foram honrados com recurso próprio.

A baixa realização se deu em virtude da demora no fechamento do acordo de acionistas (Telebras-Islalink), que exigiu amplas discussões e negociações entre as partes, inclusive no âmbito jurídico, além de alterações técnicas no escopo do projeto, que, por uma necessidade de adequação à requisitos de mercado teve seu trajeto alterado e passou a ser ancorado além de Fortaleza (CE) também em Praia Grande (SP), fatos estes que postergaram a criação da Joint-Venture (Ellalink), em pelo menos quatro meses, alteraram a especificação final dos requisitos técnicos da RFP, respectivamente, e que repercutiram no cronograma de desembolso originalmente previsto.

3.3. Desempenho operacional

A Telebras iniciou um trabalho de medição por indicadores no exercício de 2014 que continuou, com alguns ajustes, em 2015. O foco destes indicadores é de obter uma visão global dos resultados da empresa, para acompanhamento e eventual intervenção no quadro seguinte. Seguem valores apurados para o exercício de 2015:

Quadro 3.3.1 – Indicadores de desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Banda ativada	39.499 Mbps (12/2014)	Meta não definida	89.813 Mbps (12/2015)	Mensal	Banda ativada acumulada dos produtos (exceto transmissão oriundo de acordos de parceria)
Banda ativada por produto – IP PNBL	17.494 Mbps (12/2014)	Meta não definida	38.048 Mbps (12/2015)	Mensal	Banda acumulada do produto IP PNBL no período
Banda ativada por produto – IP Telebras	6.425 Mbps (12/2014)	Meta não definida	18.665 Mbps (12/2015)	Mensal	Banda acumulada do produto IP Telebras no período
Banda ativada por produto – Ponto-a-ponto	15.580 Mbps (12/2014)	Meta não definida	31.770 Mbps (12/2015)	Mensal	Banda acumulada do produto Ponto-a-ponto no período
Banda ativada por produto – Ponto-Multiponto	- (12/2014)	Meta não definida	1.330 Mbps (12/2015)	Mensal	Banda acumulada do produto Ponto-Multiponto no período
Faturamento mensal	R$4.345 mil (12/2014)	Meta não definida	R$7.040 mil (12/2015)	Mensal	Faturamento no período
Receita bruta por banda faturada (Mbps)	R$110,00 (12/2014)	Meta não definida	R$78,38 (12/2015)	Mensal	Receita média por Mbps faturado (Faturamento bruto/banda ativada)
Banda por empregado	141,57 Mbps (12/2014)	Meta não definida	305,48 Mbps	Mensal	Banda ativada/quantidade de empregados
Receita bruta por empregado	R$15,6 mil (12/2014)	Meta não definida	R$23,9 mil (12/2015)	Mensal	Receita bruta/quantidade de empregados
Investimento	R$883,0 milhões (2014)	Meta não definida	R$597,8 milhões (2015)	Anual	Investimento no período
Participação de grandes clientes	66% (12/2014)	Meta não definida	70,77% (12/2015)	Mensal	Receita originada de grandes clientes/ Receita global do período
Inadimplência	6,65% (12/2014)	Meta não definida	60,12% (12/2015)	Mensal	Soma de contas a receber com atraso superior a 30d/ Total de contas a receber do período

Prazo médio de recebimento	21,24 dias (12/2014)	Meta não definida	21,89 (12/2015)	Mensal	Soma de (prazo de pagamento x valor fatura) / Total de faturas emitidas

Os valores apurados acima mostram uma evolução no sentido positivo para a maior parte dos indicadores. É notável a evolução em banda ativada, que para todos os produtos mostra um crescimento de mais que 100%, e faturamento, com crescimento no mês de dezembro de 62% em comparação com o mesmo mês em 2014.

A queda no preço por Mbps reflete a erosão dos preços no mercado de telecom. Esta tendência deve continuar, porém, os volumes consumidos dos serviços de telecom tendem a aumentar expressivamente, mantendo assim o faturamento do setor.

A banda ativada e o faturamento por empregado mostram que a organização está conseguindo aproveitar melhor os seus recursos, com aumento no quadro bem menor do que o aumento na banda e no faturamento realizados.

A redução no investimento se deve aos contingenciamentos de repasses do governo federal. A organização está buscando formas alternativas de financiamento dos investimentos para mitigar o risco permanecente de contingenciamentos.

4. GOVERNANÇA

4.1. Descrição das estruturas de governança

4.1.1. Conselhos de Administração e Fiscal

A Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras é uma sociedade anônima aberta, de economia mista, vinculada ao Ministério das Comunicações, sob controle da União.

Possui um Conselho de Administração, composto por 8 membros, que se reúnem mensalmente, ordinariamente, podendo se reunir extraordinariamente quando necessário, tendo as seguintes competências contidas no Estatuto Social da Sociedade:

I. - fixar a política de orientação geral dos negócios da Telebras e acompanhar sua execução;

II. - convocar a Assembléia Geral;

III. - aprovar e submeter à Assembléia Geral as demonstrações financeiras e o Relatório de Administração da Telebras, neles incluídas as demonstrações consolidadas;

IV. - eleger e destituir, a qualquer tempo, os diretores da Telebras, fixando-lhes as atribuições, observadas as disposições legais e estatutárias;

V. - aprovar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a indicação ou destituição de titular da Auditoria Interna;

VI. - aprovar os planos gerais da Telebras;

VII. - resolver sobre as condições de emissão de debêntures, por delegação da Assembléia Geral;

VIII. - aprovar o Regimento da telebras especificando as atribuições de cada diretor, observadas as disposições legais e estatutárias;

IX. - autorizar a alienação dos bens imóveis da Telebras;

X. - fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros da Telebras, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos;

XI. - escolher e destituir os auditores independentes;

XII. - aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho;

XIII. - conceder licença e férias aos membros da Diretoria, indicando o respectivo substituto.

XIV. - aprovar a participação da Telebras no capital de outras empresas ou a cessação dessa participação e a constituição de empresas subsidiárias;

XV. - autorizar a aquisição de ações de emissão da Telebras para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;

XVI. - deliberar sobre os atos de fixação do quadro geral de pessoal, do plano de cargos e salários, de gratificações, direitos e vantagens, bem como a contratação, a termo, de profissionais, na forma da legislação pertinente;

XVII. - autorizar a aquisição de bens ou serviços que ultrapassem o limite fixado nas normas internas e na legislação pertinente;

XVIII. - aprovar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias pela Telebras a obrigações de terceiros; e

XIX. - executar outras atividades que lhe sejam cometidas pela lei, pelo Estatuto, pela Assembleia Geral ou pelo Ministério das Comunicações.

A sociedade possui, ainda, um Conselho Fiscal, de caráter permanente, composto de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, sendo dois membros efetivos e respectivos suplentes indicados pelo Ministro de Estado das Comunicações, um membro efetivo e respectivo suplente indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional, bem como um eleito pelas ações ordinárias minoritárias e outro pelas ações preferenciais.

Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas em virtude de disposição legal ou por determinação de Assembleia Geral:

I. - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II. - opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

III. - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Telebras;

IV. - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Telebras, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Sociedade;

V. - convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na pauta das Assembleias as matérias que considerar necessárias;

VI. - analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Diretoria Executiva;

VII. - examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; e

VIII. - exercer as atribuições previstas em lei ou definidas pela Assembleia Geral, no caso de liquidação da Telebras.

Os membros do Conselho Fiscal participarão, obrigatoriamente, das reuniões do Conselho de Administração em que devam ser apreciadas as matérias referidas nos incisos II, III e VII deste artigo.

4.1.2. Auditoria Interna

O Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, estabeleceu que as entidades da Administração Pública Federal Indireta deverão organizar a respectiva unidade de auditoria interna, com o suporte necessário de recursos humanos e materiais, com objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle. Estabeleceu, ainda, que a auditoria interna vincula-se ao Conselho de Administração ou a órgão de atribuições equivalentes.

Assim, a unidade de Auditoria Interna da Telebras, nos termos do Estatuto Social, aprovado pela 90ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 3 de agosto de 2010, e atualizado pelas 91ª, 92ª, 94ª e 96ª AGEs, está vinculada ao Conselho de Administração - CA, sendo que a designação, nomeação,

exoneração ou dispensa do titular da Auditoria Interna será submetida, pelo Presidente da Empresa, à aprovação do CA, e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União.

Regimentalmente, a Auditoria Interna está vinculada ao Conselho de Administração da Sociedade, respondendo à Presidência da Empresa para fins administrativos. A unidade de Auditoria, constituída pelo Gerente e pessoal auxiliar, tem como responsabilidade básica executar as atividades de auditoria da Telebras.

A atuação da Auditoria Interna visa, basicamente, aferir a legalidade e a legitimidade dos atos e o alcance dos resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência da gestão, de forma a fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.

A Auditoria Interna, conforme o artigo 16 do Regimento Interno da Sociedade, aprovado pela 380ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 12/11/2013, tem as seguintes atribuições:

I. - assessorar a direção da Telebras, quando solicitado, no gerenciamento de riscos relativos às suas decisões;

II. - elaborar e executar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT;

III. - elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT;

IV. - estabelecer normas e definir critérios para a sistematização e a padronização das técnicas e procedimentos utilizados pela Auditoria Interna;

V. - estabelecer parcerias com órgãos e entidades Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, com vistas à realização de auditorias integradas e ao aperfeiçoamento dos sistemas de controle interno, externo e social;

VI. - auditar a aplicação dos recursos transferidos por meio de convênios e/ou instrumentos congêneres a órgãos ou entidades;

VII. - elaborar relatórios sobre os trabalhos de auditoria realizados e acompanhar a implementação das recomendações;

VIII. - avaliar a eficiência e eficácia dos controles internos, visando garantir: a salvaguarda dos ativos; a fidedignidade dos dados operacionais; a gestão orçamentária, financeira, administrativa, contábil, patrimonial e operacional; o cumprimento das leis, dos regulamentos, dos atos normativos estabelecidos; a melhoria das atividades operacionais; e a eficiência na aplicação dos recursos;

IX. - acompanhar as ações, recomendações e determinações oriundas dos órgãos e unidades de controle interno e externo, verificando a implementação ou cumprimento destas, pelas unidades organizacionais responsáveis;

X. - assistir aos órgãos e unidades de controle interno e externo no que se refere às solicitações e realizações de auditoria, facilitar eventuais inspeções, coordenando e acompanhando o resultado de seus exames, a prestação de contas, o suporte para a realização dos trabalhos de auditoria e a prestação de informações solicitadas;

XI. - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da Telebras e tomada de contas especiais;

XII. - fornecer por meio de seus relatórios, entre outros, avaliações, sugestões e recomendações visando promover a melhoria e eficiência das atividades examinadas; e

XIII. - realizar outras atividades que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração da Telebras.

Como instrumento de suporte a essas atividades é pretensão utilizar-se do monitoramento de dados, baseado em informações e dados econômico-financeiros e de alguns indicadores, para acompanhamento da gestão e do desempenho de atividades da Empresa.

Por meio dessa ferramenta deverão ser acompanhadas e identificadas variações significativas na evolução dos dados operacionais, econômico-financeiros e administrativos, que irão orientar as ações da Auditoria, visando o direcionamento de trabalhos para os pontos julgados relevantes.

Ainda dentro da estrutura de Governança, é importante mencionar sobre a aplicação das Resoluções nºs 02 e 03, de 31/12/2010, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e da Administração de Participações Societárias da União – CGPAR. A Telebras já vem atendendo os preceitos e as diretrizes estabelecidas nas citadas Resoluções.

4.1.3. Gerência de Governança

A Gerência de Governança tem como objetivo formalizar a governança corporativa e apoiar ou executar as atividades estruturantes de desempenho empresarial (planejamento estratégica; gestão de processos, de projetos, de riscos, de qualidade e de conteúdo; relações institucionais). As suas responsabilidades específicas na Governança Corporativa são as seguintes:

I. - definir, implantar, avaliar e atualizar o modelo de Governança Corporativa e Controle de Conformidade (compliance);

II. - zelar pelos interesses e garantir a transparência a todos que tenham interesse, interna e externamente, nos resultados da Telebras;

III. - monitorar a aderência dos atos praticados na Telebras com o modelo de governança definido e com o arcabouço normativo interno e externo;

IV. - preparar, coordenar e secretariar as reuniões dos fóruns deliberativos (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal, Assembleias Ordinárias e Extraordinárias), inclusive quanto aos aspectos logísticos, elaboração da agenda, pautas, atas, relatórios e outros;

V. - acompanhar as ações, recomendações e determinações oriundas dos fóruns deliberativos, verificando a implementação ou o cumprimento destas pelas áreas responsáveis;

VI. - definir diretrizes para a arquitetura empresarial e coordenar a atualização dos seus instrumentos (estatuto, regimentos internos existentes na organização, organograma);

VII. - coordenar a identificação, a criação e a definição de atribuições de comissões e comitês, necessários para alcançar os objetivos estratégicos da Telebras;

VIII. - acompanhar as mudanças na legislação e nas normas vigentes no setor de atuação da Telebras e divulgá-las para o público adequado dentro da organização;

IX. - providenciar o registro e acompanhamento de atas, contratos e estatutos na Junta Comercial do Distrito Federal e demais órgãos governamentais; e

X. - fazer cumprir a regulamentação do setor de telecomunicações e daqueles que afetem diretamente ou indiretamente a Telebras na sua atuação no mercado.

A Gerência de Governança atua principalmente de forma orientadora e facilitadora. Ela participa na definição e suprimento das demandas de padronização e de gestão que recebe das unidades organizacionais ou da Diretoria Executiva, e pode até coordenar as atividades, mas a participação das unidades responsáveis pelas atividades que formam o escopo da demanda é essencial; o modelo é essencialmente descentralizado.

4.1.4. Comitê de Gestão da Segurança da Informação

O Comitê de Gestão da Segurança da Informação - CGSI, com participação de membros de todas as diretorias, tem o objetivo de coordenar as atividades que garantem a segurança das informações e comunicações no âmbito da Telebras, e tem as seguintes atribuições:

I. - submeter modelo de gestão corporativa de segurança da informação da Telebras e promover sua aplicação;

II. - propor e acompanhar estratégias, metas e ações de segurança da informação, bem como apresentar resultados decorrentes da implementação;

III. - promover, orientar e supervisionar o orçamento destinado à implementação das ações que visem o aprimoramento da segurança da informação;

IV. - propor a elaboração e a revisão de políticas, normas e procedimentos inerentes à segurança da informação;

V. - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

A CGSI atua de forma estruturante, definindo modelo de atuação e instrumentos normativos. A operacionalização do modelo é feita contando com o Escritório de Segurança (em implantação) e o ETIR (Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais), conforme mostra a Figura abaixo.

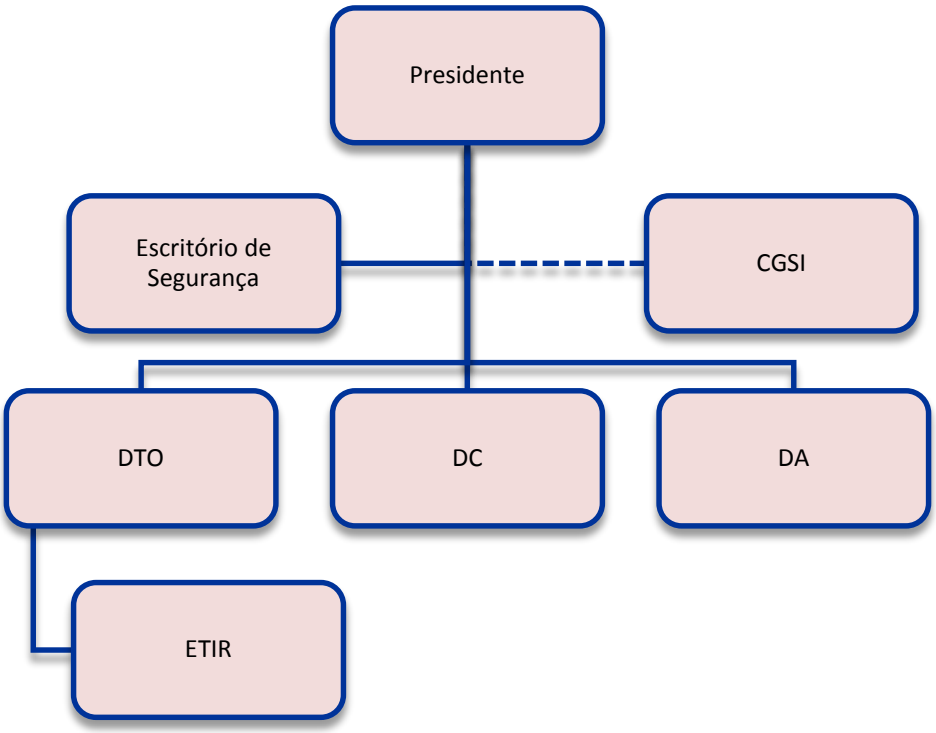

Figura 4.1.4.1 – Comitê de Gestão da Segurança da Informação

4.1.5. Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação

O Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação - CGTI é composto da Diretoria Executiva e do Gerente de Tecnologia de Informação e possui caráter deliberativo para assuntos relativos à Tecnologia da Informação. As atribuições do CGTI são:

I. - estabelecer as diretrizes para a formulação e revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Telebras;

II. - definir mecanismos de racionalização de gastos e de apropriação de custos na aplicação de recursos em tecnologia da informação e comunicação;

III. - definir diretrizes e orientações para fins de proposição e revisão dos projetos e propostas orçamentárias relacionados com a aplicação de recursos, investimentos e custeio na área de tecnologia da informação e comunicação;

IV. - definir a ordem de prioridade de execução dos projetos definidos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);

V. - coordenar e articular as ações visando a prospecção e adoção de novas tecnologias;

VI. - acompanhar a execução dos projetos considerados prioritários;

VII. - criar grupos de trabalho e coordenar pesquisas para adoção de novas tecnologias.

Estas atribuições e o funcionamento do CGTI foram formalizados no Regimento Interno do CGTI. O Comité vem atuando em reuniões mensais, definindo prioridades de atuação e acompanhando os principais projetos e demandas.

4.1.6. Comitê Gestor Orçamentário

O Comitê Gestor Orçamentário - CGO tem como objetivo formular, acompanhar e propor alterações na programação orçamentária, no âmbito da Telebras, e tem as seguintes atribuições:

I. – propor as diretrizes e orientações para a formulação e acompanhamento da programação orçamentária e financeira da Telebras;

II. – propor diretrizes e orientações para proposição de revisão e reprogramação orçamentária e financeira;

III. – propor mecanismos de racionalização de gastos e de redução de custos na aplicação dos recursos orçamentários e financeiros;

IV. – propor prioridades na programação orçamentária e financeira;

V. – coordenar e articular as ações para levantamento da previsão dos investimentos em bens de capital (Capital Expenditure – CAPEX) e nas despesas operacionais (Operational Expenditure – OPEX);

VI. – propor diretrizes e orientações para acompanhamentos das realizações de Assunto Regimento Interno do Comitê Gestor Orçamentário Versão 1.0 Vigência 09/09/2014 Regimento 2 investimentos e despesas (Metas Físicas e Financeiras);

VII. – coordenar e articular as ações para levantamento da previsão das receitas provenientes da prestação dos serviços (Receita Operacional), receitas provenientes de juros e rendimentos (Receita Financeira), adiantamentos que irão gerar prestações de serviços futuros (Receita Diferida) e demais receitas;

VIII. – propor diretrizes e orientações para acompanhamentos das receitas;

IX. – criar grupos de trabalho e coordenar as ações que forem necessárias para elaboração, acompanhamento e execução orçamentária e financeira.

X. – propor a periodicidade do acompanhamento e revisão da execução (aprovado x planejado x realizado) e divulgação dos resultados;

XI. – propor diretrizes e orientações para alinhamento do planejamento financeiro orçamentário com os ciclos de planejamento técnico-comercial-administrativo;

XII. - conferir unicidade aos relatórios gerenciais, no tocante às informações de Investimentos, Despesas, Metas Físicas e Receita;

XIII. – realizar outras atividades relacionadas com o objetivo do CGO-TB.

Estas atribuições foram formalizados no Regimento Interno do Comitê Gestor Orçamentário. Além deste regimento, existem ainda a Política Orçamentária - Financeira e a Diretriz Orçamentária-Financeira, para orientar o processo orçamentário e o papel do CGO dentro deste processo.

O CGO vem atuando em reuniões periódicas com representantes de todas as diretorias, trabalhando tanto as previsões de necessidades de orçamento para cada unidade, quanto acompanhando a realização orçamentária, para poder intervir quando necessário.

4.2. Informações sobre os dirigentes e colegiados

Composição do Conselho de Administração:

- Maximiliano Salvadori Martinhão – Ministério das Comunicações – Presidente
- Jorge Ricardo Bittar – Ministério das Comunicações
- Flávio Lenz Cesar – Ministério das Comunicações
- Lauro Arcângelo Zanol – Representante dos acionistas minoritários
- Márcio Barreira Campello – Representante dos acionistas preferencialistas
- Marcelo de Siqueira Freitas – Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
- Jaqueline Gomes de Oliveira Praça – Representante dos Empregados
- Demi Getschko – Representante da Sociedade Civil

O Conselho de Administração é composto por 8 (oito) membros.

I – três indicados pelo Ministério das Comunicações, sendo um representante independente vinculado às áreas de telecomunicações, inclusão digital ou internet, com notório conhecimento, experiência e destaque em assuntos relacionados às atividades da TELEBRAS;

II – o Presidente da TELEBRAS, como membro nato;

III – um indicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV – um eleito pelos acionistas minoritários;

V – um eleito pelos acionistas preferencialistas que representem em conjunto, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social; excluído o acionista controlador;

VI – um representante dos empregados, na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, e sua regulamentação.

Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de gestão de 1 (um) ano, admitida reeleição, podendo ser destituídos a qualquer tempo.

Eles se reúnem, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros. Deliberaram por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, tendo o Presidente, além do voto comum, o de qualidade e poderá ser assessorado por um Comitê de Auditoria.

O que compete ao Conselho de Administração está explicitado no item Governança.

Composição do Conselho Fiscal:

Efetivos:

- Adroaldo da Cunha Portal – Ministério das Comunicações
- Antonio Carlos da Silva Estevão – Representante dos acionistas minoritários
- Márcia Ribeiro Abreu – Tesouro Nacional
- Amir George Francis Matta – Representante dos acionistas preferencialistas
- Célia Romeiro de Sousa – Ministério das Comunicações

Suplentes:

- Lucas Eduardo Pompeo de Mattos
- Alexandre Peixoto Estevão
- Leonardo Lobo Pires
- Leonardo Peixoto Estevão
- Francisco José Pontes Ibiapina

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, sendo dois membros efetivos e respectivos suplentes indicados pelo Ministro de Estado das Comunicações, um membro efetivo e respectivo suplente indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional, computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais.

Eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, os membros do Conselho Fiscal terão o mandato de 1 (um) exercício anual, assim considerado o período compreendido entre 2 (duas) Assembléias Gerais Ordinárias, podendo ser reeleitos.

Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, a quem caberá dar cumprimento às deliberações do órgão.

O Conselho Fiscal poderá solicitar à Empresa a designação de pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar-lhe apoio técnico.

Somente podem ser eleitos para o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de Administrador de Empresa ou de Conselheiro Fiscal.

O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês para apreciar os atos de gestão e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou da maioria de seus membros.

As deliberações do Conselho Fiscal, presente a maioria dos seus membros, serão registradas em ata própria.

Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

4.3. Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico

A designação de representantes nos colegiados de coligadas (Visiona e Cabos Brasil Europa) é definida no acordo de acionistas destas empresas.

4.4. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

a) indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna. Se o estatuto ou normas estiverem disponíveis na *Internet*, basta indicar o cominho para acesso. Se não estiverem disponíveis, as normas ou estatuto devem ser inseridas no anexo do relatório de gestão.

O Estatuto Social da Telebras, aprovado em 2 de marco de 2016, em seu artigo 43, dispõe sobre a atuação da Auditoria Interna e encontra-se disponível na Internet no endereço www.telebras.com.br/inst/?page_id=2230.

O Regimento Interno da Telebras, aprovado em 12 de novembro de 2013, em seus artigos 6º e 16, regulamenta a atuação da Auditoria Interna e encontra-se disponível na Internet no endereço www.telebras.com.br/Regimento_Interno_12_11_2013.

b) demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interna no setor público), que é uma das diretrizes da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC.

A Auditoria Interna da Telebras, acompanhando as disposições estabelecidas no Manual de Auditoria Interna aprovado pelo Conselho de Administração em 12 de novembro de 2013, em especial no subitem 3.5 – Das Normas, rege suas atividades acompanhando a normatização expedida por entidades públicas e privadas, internacionais e nacionais.

No âmbito internacional público, a *International Organization of Supreme Audit Institutions* (Intosai), em vários normativos, trata da atividade de auditoria interna como apoio fundamental ao trabalho do controle externo, a título de exemplo: (i) *Code of Ethics and Auditing Standards* (Código de Ética e Normas de Auditoria;), (ii) *Guidelines for Internal Control Standards for the Public Sector* (Diretrizes para as Normas de Controle Interno para o Setor Público) e (iii) *Information System Security Review Methodology* (Sistema de Informação Metodologia revisão de segurança) (ISSAI 5310).

No âmbito internacional privado, o *Institute of Internal Auditors* (IIA), entidade com sede nos Estados Unidos da América, edita normas que são consideradas as melhores práticas para a organização e o funcionamento das atividades de auditoria interna.

No âmbito nacional privado, o Conselho Federal de Contabilidade, reconhecendo a importância da atividade de auditoria interna, editou a Norma Brasileira de Contabilidade - NBCT 12, que trata do exercício da auditoria interna.

No âmbito nacional público, o Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, normatiza as atividades, a organização, a estrutura e as competências do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal e, por seu turno, a Resolução CGPAR Nº 02, de 31 de dezembro de 2014, enfatiza a independência, imparcialidade e profissionalização dos agentes que compuserem os quadros de controle interno.

c) estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas.

Na Telebras a unidade de Auditoria Interna é centralizada na sede da Empresa e atua nas unidades da sede e, brevemente, nas unidades descentralizadas.

A atuação da Auditoria Interna é voltada para o atendimento do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, elaborado anualmente pela Auditoria Interna com base nos normativos estabelecidos pela Controladoria-Geral da União e aprovado pelo seu Conselho de Administração.

Para elaboração do PAINT, as tarefas a serem executadas são definidas com base em materialidade, temporalidade, risco e relevância inerente a cada objeto a ser auditado, do planejamento estratégico da empresa e, ainda, das sugestões, demandas de ações de auditoria, ou de outras ações requeridas formuladas pelas áreas da Empresa, bem como em função do Capítulo I da Instrução Normativa CGU Nº 24/2015. A atuação da Auditoria Interna visa obter, mesmo que de forma amostral, uma visão geral de todos os processos da empresa.

d) demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC).

A unidade de Auditoria Interna da Telebras, nos termos do Estatuto Social, aprovado pela 90ª AGE, realizada em 3/8/2010, está vinculada ao Conselho de Administração - CA, sendo que a designação, nomeação, exoneração ou dispensa de seu titular será submetida, pelo Presidente da Empresa, à aprovação do CA, e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União, em consonância com a Portaria CGU nº 915, de 29 de abril de 2014.

Regimentalmente, a Auditoria Interna está subordinada ao Presidente do Conselho de Administração da Sociedade. A unidade de Auditoria, constituída pelo Gerente e pessoal auxiliar, tem como responsabilidade básica executar as atividades de auditoria da Telebras.

e) informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações;

A Auditoria Interna realiza regularmente reuniões com as Diretorias e Gerências da Empresa, onde são verificados pontos de controle sobre as ações e as eventuais dificuldades em relação ao atendimento das recomendações emanadas pelos órgãos de controle. Esta ação tem total apoio da alta administração da Empresa que também realiza acompanhamento semanal nas Reuniões da Diretoria.

Além da apresentação semanal nas reuniões da Diretoria, em cumprimento ao artigo 17 da Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015, mensalmente a Diretoria da Empresa recebe Relatório contendo a situação das recomendações e/ou determinações feitas pelos órgãos de controle interno e externo.

f) descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência;

Com a publicação da Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015, em cumprimento ao artigo 17, a Auditoria Interna da Telebras passou a apresentar, mensalmente, ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria a situação das recomendações e/ou determinações feitas pelos órgãos de controle interno e externo.

Essa ação possibilita à Auditoria Interna, quando for o caso, dar conhecimento à alta administração da Empresa sobre eventual não implementação de recomendação feita pelos órgãos de controle.

g) eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da Unidade Prestadora de Contas, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

No exercício de 2015 não houve mudanças relacionadas à estrutura organizacional ou reposicionamento da unidade de Auditoria Interna.

Em consonância com o Decreto nº 3.591/2000, o Estatuto Social da Telebras e a Resolução nº 02/2010 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participação Societárias da União – CGPAR, a unidade de Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração da Sociedade.

4.5. Atividade de correição e apuração de ilícitos administrativos

Não existe estrutura orgânica implantada na Telebras para o desenvolvimento das ações relacionadas ao sistema de correição. Necessidades de apuração de eventos são tratados caso a caso, sendo criada uma comissão para cada sindicância que se fizer necessária, que após apresentação dos resultados é dissolvida.

No ano de 2015, houve a abertura de um processo de apuração disciplinar, que culminou com a apuração de ato faltoso e punição com pena de suspensão disciplinar, encerrando-se após a aplicação da penalidade.

Houve, ainda, a conclusão de uma sindicância aberta para apuração de inconsistências identificadas pela Gerência de Auditoria Interna da Telebras constantes no Relatório nº 01/2014-AUD, datado de 14 de fevereiro de 2014 que recomendou em seu item V que fosse avaliado a possibilidade de aplicação de sanções previstas na legislação, tanto para pessoa física quanto para pessoa jurídica e na Nota de Auditoria nº 01/2014, de 07 de abril de 2014. A auditoria objeto do Relatório mencionado foi realizada no Processo Administrativo nº 055/2013, instaurado em 28 de fevereiro de 2013 que deu origem ao Contrato n° 48/2013/2400-TB, assinado em 27 de junho de 2013. A Comissão de Sindicância foi designada pelo Senhor Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS, por intermédio da DEM nº 1000/7989 de 14 de maio de 2014, prorrogada pelas DEM nº 1000/8004 - vigência: 15 de julho de 2014; DEM nº 1000/8024 - vigência: 16 de setembro de 2014, DEM nº 1000/8044 - vigência: 16 de novembro de 2014, DEM nº 1000/8058 - vigência: 14 de janeiro de 2014 e pela por último pela DEM nº 1000/8064 - vigência: 18 de março de 2015.

A Comissão foi instituída com a finalidade se apurar fatos e responsabilidades, e foi instaurado o Processo n° 152/2014 no dia 21 de maio de 2014, cuja natureza é de processo disciplinar principal e de caráter acusatório. Esta Comissão de Sindicância configura-se como Híbrida, ou seja, nasce como investigação e, com a identificação do fato e da autoria, transmuta-se em expediente processual sancionatório.

Após o cumprimento de etapas inerentes a uma sindicância, esta Comissão chegou à autoria e identificação dos ex-empregados envolvidos e prováveis responsáveis. Foi elaborado e encaminhado aos respectivos ex-empregados o Termo de Instrução e Indiciação, com o prazo de 10 (dez) dias para

apresentação da defesa escrita, momento em que poderão exercer o direito ao contraditório e a ampla defesa e, também, produzir novas provas, bem como contestar àquelas já constantes nos autos do Processo n° 152/2014, na forma do art. 5°, inciso LV da Constituição c/c com o art. 44 da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Após o recebimento e a análise das defesas escritas apresentadas, a Comissão concluiu o Relatório Final no qual descreveu as irregularidades cometidas pelos ex-empregados citados, as legislações por eles infringidas e as penalidades que entendeu cabíveis. A autoridade competente instauradora do Processo n° 152/2014, decidiu que tendo a Comissão enquadrado determinadas condutas praticadas pelos indiciados como atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8.429/92 seria por bem apresentar representação ao Ministério Público para propositura de competente ação civil pública por ato de improbidade administrativa.

MEMBROS DA COMISSÃO:

- Míriam de Souza Radicchi – Presidente
- Rogério da Silva Barbosa – Vogal e Secretário
- Henrique Soares Hebert – Vogal

4.6. Gestão de riscos e controles internos

4.6.1 Gestão de riscos

A Telebras elaborou em 2015 metodologias e instrumentos normativos para definir a sua atuação na gestão de riscos. Neles, são definidas premissas de gestão de riscos, competências e procedimentos.

A gestão de riscos deve ser parte integrante do planejamento estratégico, dos processos e dos projetos da organização. Os principais atores dentro da gestão de riscos são os donos dos processos, os gestores de projetos e o Escritório de Segurança a ser criado, que combinará atribuições de segurança da informação e gestão de riscos. Os riscos foram categorizados segunda sua natureza: riscos estratégicos, riscos de projeto e riscos de processo:

- Estratégico: riscos que podem impactar o rumo da organização e suas decisões estratégicas.
    - Escopo: foco em riscos que impactam a organização como um todo.
    - Alto percentual de riscos externos – resposta provável: evitar, reter ou transferir o risco.
    - Identificação, avaliação, resposta e acompanhamento de riscos:
        - Responsável: Grupo de Gestão Estratégica
        - Periodicidade: trimestral
- Projeto: riscos que impactam a execução e os resultados de um projeto da organização.
    - Escopo: foco em riscos de 1 projeto específico, iniciando na fase de declaração e planejamento do projeto.
    - Identificação, avaliação, resposta e acompanhamento de riscos:
        - Responsável: Gestor do projeto
        - Periodicidade: depende da volatilidade dos riscos e duração do projeto; por isso, a periodicidade é definida no planejamento do projeto.
- Processos/Operações: riscos que impactam a execução, a continuidade e os resultados de um processo específico ou da operação corriqueira da organização.

- Escopo: foco em riscos de 1 processo específico.
- Alto percentual de riscos internos – mitigados por melhorias no processo.
- Identificação, avaliação, resposta e acompanhamento de riscos:
  - Responsável: Dono do processo
  - Periodicidade: Mensal

Os riscos a serem monitorados foram padronizados no mapa de riscos, com interpretação adaptada e divulgada para cada uma dessas esferas de atuação (riscos estratégicos – de processo – de projeto).

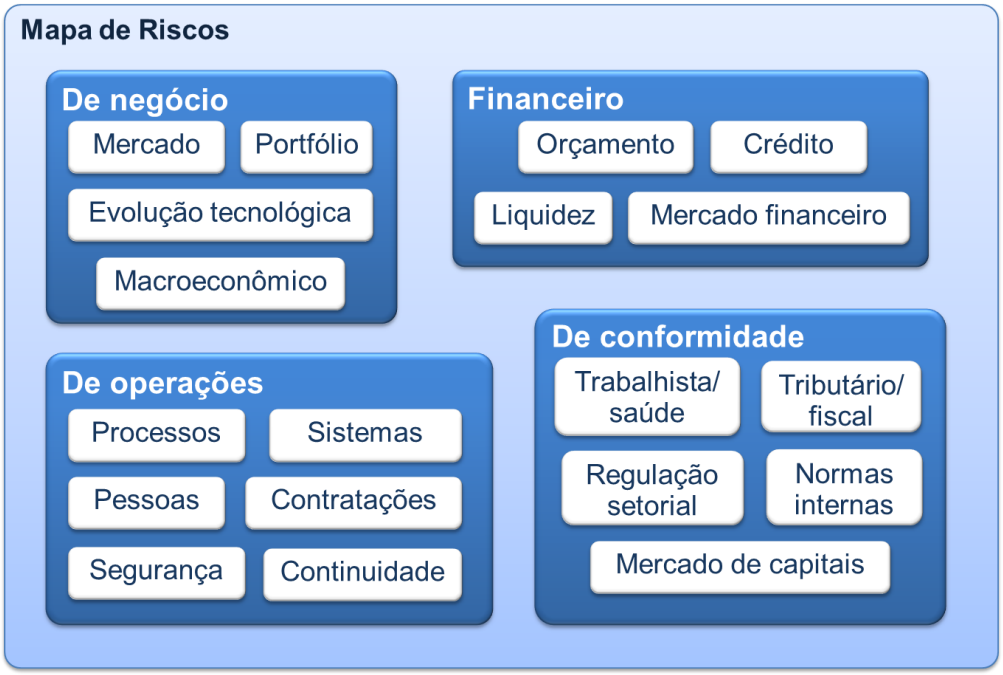

Figura 4.6.1 – Mapa de Riscos

A implantação formal desta gestão de riscos ainda não está finalizada, parcialmente devido ao atraso na criação do Escritório de Segurança. Com o foco redobrado na segurança como um dos diferenciais da Telebras no mercado, a previsão é que em 2016 o Escritório de Segurança formalmente será criado e iniciará suas atividades.

4.6.2 Controles internos

A Telebras está, desde sua reativação, criando mecanismos de controle por meio de padronização de processos e normatização de diretrizes e procedimentos. No ano de 2015, o foco estava nos controles da cadeia de suprimentos, com, entre outros, normatização de elaboração de termo de referência, atualização de alçadas de aprovação na contratação de bens e serviços e normatização de critérios para tratamento de notas fiscais. A atribuição de responsabilidades nos processos da cadeia de suprimentos faz parte desta normatização, fazendo com que, pela segregação de funções, os controles internos são efetuados naturalmente nas transições entre gerencias.

Para o exercício de 2016, está previsto um trabalho de identificação de informações e controles gerenciais para todas as unidades administrativas, para que periodicamente estas informações sejam disponibilizadas, consolidadas e possam ser acompanhadas tanto pela própria unidade administrativa quanto pela diretoria e pelos conselhos.

4.7. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

1) Base Normativa da Remuneração

A base normativa da remuneração dos Administradores e Membros do Conselho é regularizada pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão que, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, em cumprimento ao disposto na alínea "h", do inciso IV, do art. 8º, do Anexo I do Decreto nº, 8.578, de 26 de novembro de 2015.

2) Objetivos da política ou prática de remuneração

A pratica de remuneração está de acordo com o determinado pela legislação citado no item 1. A Telebras elabora proposta que é remetida ao Ministério Supervisor para apreciação e encaminhamento ao DEST, com vistas a subsidiar a decisão do acionista majoritário por ocasião da realização da Assembleia Geral de Acionistas.

3) Composição da Remuneração

a) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Honorários: retribuição mensal;

13º Salário: honorário extra a ser concedido uma vez ao ano aos Dirigentes;

Adicional de Férias: parcela correspondente a 1/3 do honorário a ser concedido ao Dirigente por ocasião de férias ou no mês de março ainda que o Dirigente não usufrua do benefício no período aquisitivo evitando a manutenção de saldo para o exercício seguinte;

Remuneração Compensatória (Quarentena): valor correspondente a 6 (seis) retribuições mensais de honorário de Dirigente, conforme previsto na Lei nº 12.813, art. 6º, inciso II, de 16 de maio de 2013;

Indenização de Transferência: é a importância correspondente uma remuneração do Dirigente, conforme item 5.3 da Diretriz nº 243;

Auxílio Alimentação: parcela indenizatória e de natureza não salarial, o vale-alimentação/refeição será utilizado para ressarcimento de despesas com aquisição de refeições e alimentos;

Auxílio Moradia: parcela indenizatória a ser concedida em conformidade com o Decreto nº 3.255, de 19.11.1999;

Seguro de Vida em Grupo: parcela destinada a cobertura de 50% do valor do prêmio de seguro de vida em grupo;

Plano de Saúde: parcelas destinadas a reembolso com despesas para o tratamento de saúde;

FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço): importância creditada na conta vinculada aos Dirigentes em conformidade com Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990;

INSS - Patronal: valor calculado sobre os honorários dos Dirigentes e dos Conselheiros de Administração e Fiscal, gratificação natalina e adicional constitucional de férias (1/3 da remuneração) e que a empresa recolhe para a previdência.

NOTA: Os honorários dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal são fixados em 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva. A base de cálculo da remuneração média dos diretores inclui apenas os honorários.

b) Proporção de cada elemento na remuneração total:

Quadro 4.7.1 – Proporção de cada elemento na remuneração

ELEMENTO DA REMUNERAÇÃO	%
Honorários	48,03
13º Salário	4,42
Adicional de Férias	1,47
Remuneração Compensatória (Quarentena)	7,11
Indenização de Transferência (diretriz 243)	0,59
Auxílio Alimentação	1,05
Auxílio Moradia	0,66
Seguro de Vida em Grupo	0,09
Plano de Saúde	0,44
FGTS	4,31
INSS – Patronal (Diretoria):	10,78
Honorários do Conselho de Administração	11,11
INSS Patronal do Conselho de Administração	1,65
Honorários do Conselho Fiscal	7,29
INSS Patronal do Conselho Fiscal	1,0

c) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

A recomendação advinda do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST é no sentido de a Estatal não elaborar proposta acima da inflação do período anterior à data da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. O índice adotado, por recomendação do DEST, é o IPCA.

d) Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração é de acordo com a orientação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST é no sentido de a Estatal não elaborar proposta acima da inflação do período anterior à data da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. O índice adotado, por recomendação do DEST, é o IPCA.

4) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não se aplica, vez que o reajuste da remuneração obedece, tão somente, a recomendação do DEST: IPCA do período (12 meses anteriores à data da AGO)

5) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não se aplica, vez que o reajuste da remuneração obedece, tão somente, a recomendação do DEST: IPCA do período (12 meses anteriores à data da AGO).

6) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da TELEBRAS

A remuneração dos Dirigentes e Conselheiros, como dito, obedece à recomendação do DEST. Ou seja, somente há recomposição do numerário anterior pela inflação do período)

7) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável à Telebras.

8) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia

Não aplicável à Telebras.

9) Caso exista plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações, descrever

Não aplicável à Telebras.

10) Comentários em relação à remuneração variável

Não aplicável à Telebras.

4.7.1. Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro 4.7.1.1 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal
Informação disponível no ANEXO III.

4.7.2. Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro 4.7.2.1 – Síntese da Remuneração dos Administradores
Informação disponível no ANEXO IV.

4.7.3. Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Não se aplica à Telebras.

4.8. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

a) Modalidade de Contratação: Pregão Eletrônico nº 33/2015-TB
b) Contrato nº 163/2400/2015-TB
c) Valor do Contrato: R$ 35.000,00
d) Data da Assinatura; 29/10/2015
e) Contratada: NK Auditores Independentes S.S.
f) CNPJ: 20.840.718/0001-01
g) Sede: Rua Martiniano de Carvalho, nº 181, Bela Vista, São Paulo/SP
h) Representante da Empresa: Aderbal Alfonso Hoppe – CPF nº 541.560.250-04 CI nº 020036/0-8 T-SP CRC
i) Vigência: 12 (doze) Meses a partir da data de sua assinatura.

j) Execução dos Serviços: período de 12 (doze) meses, visando execução de serviços relativos ao terceiro trimestre de 2015 e as Demonstrações Contábeis do exercício de 2015, serviços de auditor independente.

4.9. Política de participação de empregados e administradores nos resultados da entidade

A Telebras ainda não possui uma política que trate sobre este assunto.

4.10. Participação acionária de membros de colegiados da entidade

A Telebras possui a P-46 - Política de divulgação e negociação com valores mobiliários de emissão própria, aprovada no dia 18/07/2002, que obriga as pessoas vinculadas a comunicar à CVM, à Diretoria de Relações com Investidores e à Bovespa, a quantidade, as características e a forma de aquisição de Valores Mobiliários, bem como as alterações em suas posições.

Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

a) Data aprovação: 18/07/2002;

b) Cargo e/ou função: Controlador, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas;

c) Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

I. Período que se inicia em 1º de abril; de julho e de outubro, e finda quando da divulgação do ITR

II. Período que se inicia em 1º de dezembro e se encerra quando da divulgação das informações anuais.

Quadro 4.10.1 - Participação acionária de membros de colegiados

MOVIMENTAÇÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2015						
	Saldo Final em 31/12/2015					
Conselho de Administração	on	% nas on	% no total	pn	% nas pn	% no total
Total	170	0,00%	0,00%	26.670	0,13%	0,02%
	Saldo Final em 31/12/2015					
Conselho Fiscal	on	% nas on	% no total	pn	% nas pn	% no total
Total	5	0,00%	0,00%	52.005	0,25%	0,04%

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1. Canais de acesso do cidadão

A Telebras mantém os seguintes canais de comunicação:

- Investidores;
- Empregados;
- Fornecedores;
- Clientes;
- Usuários; e
- Sociedade em geral.

Estes canais possibilitam receber sugestões, reclamações, elogios e denúncias.

Os dados estatísticos relativos aos pedidos de informação recebidos, indeferidos e atendidos desde o início da vigência da LAI (16 de Maio de 2012), bem como informações gerais sobre os solicitantes, gerados a partir dos dados existentes no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação aos Cidadãos – e-SIC estão disponíveis no site da Telebras, dentro da página de acesso a informação.

Existe um projeto de reformulação do site da Telebras e neste a proposta será para otimizar e concentrar os esforços em um único ponto.

5.2. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Informações úteis à sociedade e que contribuem para a transparência da gestão podem ser acessadas na aba "Acesso à Informação" da página da Telebras na internet (www.telebras.com.br).

Estão disponíveis informações acerca da transparência pública (http://www.telebras.com.br/transparencia.php), das licitações e contratos (http://www.telebras.com.br/licitacoesecontratos.php), dos Serviços de Informação ao Cidadão - SIC - (http://www.telebras.com.br/servicoinformacaocidadao.php) e dos Contas Anuais da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras (http://www.telebras.com.br/auditorias.php) entre outras informações.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. Desempenho financeiro do exercício

Este assunto consta em Desempenho Orçamentário.

6.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Para que a empresa adote uma gestão inteligente, realista e inovadora dos seus custos, necessário se faz um gerenciamento desses recursos com eficácia e assertividade.

A estrutura organizacional da empresa exige a sua integração com o sistema SAP (Sistema de Gestão Integrado adotado pela Telebras), permitindo que a alta administração tenha informações seguras dos gastos realizados por cada unidade administrativa.

A forma idealizada para o conhecimento desses dispêndios, segundo a estrutura organizacional, é a alocação de gastos por centros de custos.

Os Centros de Custos possibilitam também a alocação de gastos por filial e podem ser utilizados para elaboração e execução orçamentária.

O objetivo é ter informações da cada área funcional, permitindo verificar a qualidade do gasto realizado, comparar com o planejado, estabelecer desvios e eventualmente analisar sua contribuição com a rentabilidade alcançada pela empresa.

Os Centros de Custos da empresa, incluindo as unidades responsáveis pelo gerenciamento de custos, estão descritos no ANEXO V e sua utilização pela alta administração da empresa tem permitido descartar gastos desnecessários com notáveis benefícios para a empresa.

6.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas

Quadro 6.3.1 – Demonstrações contábeis e notas explicativas

Informações disponíveis no ANEXO VI e VII.

Também estão disponíveis no site: http://www.telebras.com.br/inst/wp-content/uploads/2011/03/DFP_2015_enviada.pdf

7. AREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7.1. Gestão de pessoas

A TELEBRAS encerrou o exercício de 2015 com um quadro de pessoal integrado por 362 (trezentos e sessenta e dois) empregados, sendo 292 (duzentos e noventa e dois) prestando serviços nas unidades administrativas da Empresa. Soma-se, ainda, 2 (dois) servidor/empregado de outros órgãos e esferas requisitados e cedidos para a TELEBRAS. O quantitativo de empregados cedidos para outros órgãos está assim distribuído: 52 (cinquenta e dois) cedidos à Anatel e 18 (dezoito) cedidos a outros órgãos governamentais.

Quadro 7.1.1 – Quantitativo de Pessoal

QUANTITATIVO DE PESSOAL EM 31/12/2015	
A - Empregados em efetivo exercício na TELEBRAS	213
B - Contratados "Ad Nutum"	79
C - Cedidos à Anatel	52
D - Cedidos para outros Órgãos	18
SUB-TOTAL	**362**
E - Presidente e Diretores	4
F - Servidores e empregados de outros órgãos e esferas requisitados e cedidos para a TELEBRAS	2
TOTAL GERAL	**368**

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas

O quadro de pessoal sofreu um acréscimo de 2,25% comparativamente ao exercício anterior, sendo 31 (trinta e um) EGT - Especialista em Gestão de Telecomunicações e 9 (nove) TGT - Técnico em Gestão de Telecomunicações, oriundos do concurso público homologado em 06 de maio de 2013.

Houve ainda em 2015 o ingresso de 5 (cinco) empregados de livre provimento ("*Ad nutum*" com cláusula demissível), com conhecimento técnico específico e 2 (dois) empregados cedidos de outros órgãos.

Da composição do quantitativo total do quadro de pessoal da TELEBRAS, em 31 de dezembro de 2015, 269 (duzentos e sessenta e nove) pertencem ao Plano de Carreira e Remuneração - PCR, 14 (quatorze) ao Plano de Classificação de Cargos e Salários - PCCS (plano em extinção) e 79 (setenta e nove) "*Ad nutum*".

7.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 7.1.1.1 - Força de Trabalho da Telebras

	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregados em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	**285**	**285**	**42**	**31**
1.1. Membros de poder e agentes públicos	0	0	0	0
1.2. Empregados de Carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	285	285	42	31
1.2.1. Empregados de carreira vinculada ao órgão	213	213	40	31
1.2.2. Empregados de carreira em exercício descentralizado	70	70	0	0
1.2.3. Empregados de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores e empregados requisitados de outros órgãos e esferas	2	2	2	0
2. Empregados com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Empregados sem vínculo com a Administração Pública (*)	**82**	**79**	**5**	**9**
4. Total de empregados (1+2+3)	**367**	**364**	**47**	**40**

(*) Obs.: Para a Telebras, trata-se de empregados de Livre Provimento (“*Ad nutum”)*.

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas

Quadro 7.1.1.2 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	**82**	**131**
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.2.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	82	131
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	82	131
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	**21**	**58**
4. Total de Servidores (1+2+3)	**105**	**189**

(*) Obs.: Para efeito da Telebras trata-se de empregados de Livre Provimento (“*Ad nutum”)*.

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas

Quadro 7.1.1.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	**88**	**88**	**9**	**12**
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior (1.2.1 + 1.2.2+ 1.2.3+1.2.4+1.2.5)	0	0	0	0
1.2.1. Empregados de Carreira Vinculada ao Órgão	0	7	4	3
1.2.2. Empregados de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	2	0	0
1.2.4. Sem Vínculo (*)	0	79	5	9
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	**0**	**0**	**0**	**0**
2.1. Empregados de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Empregados de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	2	0	0
3. Total de Empregados e Servidores em Cargo e em Função (1+2)	**88**	**88**	**9**	**12**

(*) Obs.: Para efeito da Telebras trata-se de empregados *Ad Nutum*.

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas

Por meio da Portaria nº 17, de 22 de dezembro de 2015, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizou o quantitativo de 367 vagas para a composição do quadro de pessoal da TELEBRAS.

O Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, por meio do Ofício 106/DEST/SE-MP de 12 de fevereiro de 2015 e Nota Técnica nº 53/CGPOL/DEST/SE-MP autorizou o quantitativo de 88 Funções Gratificadas e Cargos Comissionados.

Dessas 88 vagas autorizadas, 7 (sete) estão ocupadas por empregados efetivos na função comissionada de Gerente de Unidade e 79 (setenta e nove) por empregados sem vínculo (livre provimento), sendo 19 (dezenove) gerentes e 60 (sessenta) em funções de assessoramento e 2 (duas) por servidores/empregados de outros órgãos.

Ressalta-se que a Telebras possui, ainda, dois pleitos de reconsideração encaminhados por meio das CT 65/2015/1000, de 28 de maio de 2015, referente ao Plano de Funções aprovado (Ofício 106/DEST/SE-MP de 12 de fevereiro de 2015 e Nota Técnica nº 53/CGPOL/DEST/SE-MP) em fase de análise no DEST, a saber:

- Inverter o cronograma para substituir ocupantes de cargo em comissão (livre provimento ou ad nutum) por empregado efetivo (concursado) no período de maio de 2015 a janeiro de 2019.
- Autorizar o limite de 37 ocupantes de cargo em comissão, livre provimento, a contar de janeiro de 2019, em vez de 20 como autorizado pelo DEST (a partir de janeiro de 2017).

Na tabela acima apontamos somente a lotação autorizada geral (88 cargos em comissão).

Análise Crítica:

A TELEBRAS encerrou 2015 com um quadro de pessoal integrado por 362 (trezentos e sessenta e dois) empregados, sendo 283 (duzentos e oitenta e três) empregados de carreira vinculados ao órgão e 79 empregados sem vínculo com a Administração Pública (livre provimento).

Soma-se ao quantitativo acima 2 (dois) servidores/empregados cedidos de outros órgãos ou esferas.

Na área fim (Diretoria Comercial e Diretoria Técnico-Operacional) estão concentrados o maior volume de empregados ativos no órgão.

Do total dos ingressos no exercício de 2015, 42 (quarenta e dois) são oriundos de cargos efetivos, somados a esse quantitativo 2 (dois) servidores/empregados cedidos de outros órgãos ou esferas e 5 (cinco) de livre provimento, sem vínculo com a Administração Pública.

Do total de 40 egressos em 2015, 31 (trinta e um) são de cargos efetivos e 9 (nove) de livre provimento, sem vínculo com a Administração Pública.

7.1.2 Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal

No exercício de 2015 foram realizados 47 eventos, dos quais participaram 216 empregados das diversas áreas da empresa. Foram realizadas 4.170 horas de capacitação. O Indicador de Capacitação apresentou oscilação nos diversos meses do ano, resultando em média 1,21 horas de capacitação por empregado.

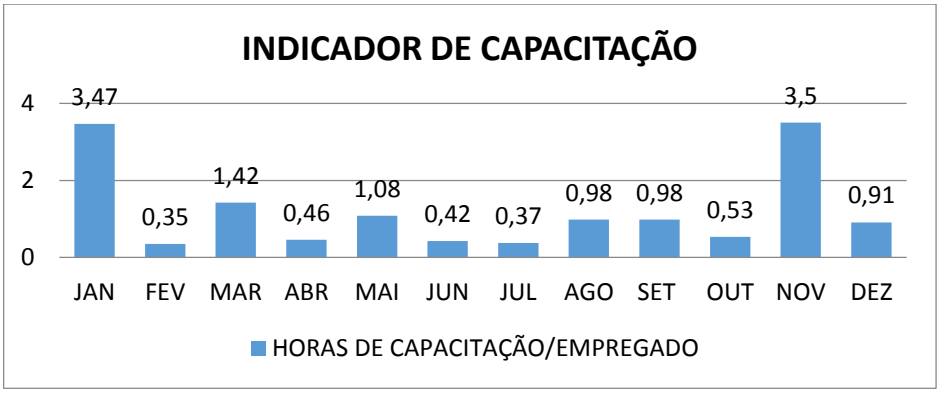

Figura 7.1.2.1 – Indicador de Capacitação

O Plano de Capacitação para o ano de 2015 contemplou entre outros os programas:

- ✓ Programa Geral de Capacitação e Desenvolvimento
- ✓ Programa de Ambientação
- ✓ Programa de Capacitação em Idiomas

O processo de aprendizagem contínuo dá-se pela participação dos empregados em seminários, palestras, conferências, workshops, cursos de curto prazo interno e externo, entre outros, visto a necessidade que os empregados têm de atualizarem-se com as novas tendências de mercado, as novas metodologias de trabalho e as novas tecnologias nas áreas específicas de atuação.

Fazendo parte do programa geral de capacitação foram realizadas capacitações Institucionais, promovidas em função de legislação; capacitações sugeridas pela Gerência de Gestão de Pessoas por conta do impacto nos resultados organizacionais, atribuições regimentais e análise crítica dos PACD anteriores; e capacitações Específicas, identificadas pelas necessidades atinentes a cada Unidade Organizacional.

A Telebras investiu R$ 284.746,64 (duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) para capacitação e desenvolvimento de seus empregados, assim distribuídos:

- Programa Geral de Capacitação e Desenvolvimento – R$ 263.441,00 (duzentos e sessenta e três reais e quatrocentos e quarenta e um reais)

- Programa de Capacitação em Idiomas - R$ 21.335,64 vinte e um mil trezentos e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos).

O Programa de Ambientação foi realizado em setembro de 2015 para os novos empregados, convocados do concurso 2013 para os Escritórios Regionais da Telebras e contemplou 23 (vinte e três) empregados, sendo 11 (onze) lotados nos Escritórios Regionais e 12 (doze) lotados na Sede. O Programa alcançou seu objetivo de integrar e preparar os empregados para o desenvolvimento de suas atividades profissionais.

O Quadro demonstrativo das capacitações realizadas no exercício de 2015 encontra-se no ANEXO VIII.

7.1.3 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

No quadro seguinte listamos as despesas realizadas com o pessoal da Telebras no exercício 2015.

Quadro 7.1.3.1 - Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	**2015**	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"
	2014	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"
Empregados de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	**2015**	18.966.228,02	577.339,99	2.442.545,61	3.831.445,56	4.264.894,39	3.804.394,33	465.496,20	"zero"	"zero"	34.352.344,10
	2014	13.968.120,59	221.478,71	1.441.211,87	1.146.197,62	4.747.164,88	3.180.839,23	1.699.104,48	"zero"	"zero"	26.420.558,76
Empregados de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	**2015**	"zero"	57.954,27	4.752,91	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	62.707,18
	2014	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"
Empregados SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	**2015**	"zero"	12.140.277,53	1.027.318,00	2.529.268,51	1.539.737,03	896.148,15	756.124,62	"zero"	"zero"	18.888.873,84
	2014	"zero"	12.147.261,70	1.122.576,99	559.594,54	3.789.362,98	2.795.509,31	859.887,15	"zero"	"zero"	21.274.192,67
Empregados cedidos com ônus (Ministério das Comunicações)											
Exercícios	**2015**	314.878,44	"zero"	38.870,80	75.144,70	75.716,68	97.597,09	4.979,77	"zero"	"zero"	607.187,48
	2014	335.984,18	"zero"	31.963,88	10.261,17	88.952,65	174.012,30	30.783,49	"zero"	"zero"	671.957,67
Empregados com contrato temporário											
Exercícios	**2014**	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"
	2013	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"	"zero"

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas

Relação de Rubricas e detalhamento dos valores vide ANEXO IX.

7.1.4 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A força de trabalho da Telebras apresenta uma evolução, por situação e movimentação, contratações, admissões e desligamentos.

O desligamento dos 31 (trinta e um) empregados do quadro efetivo se deu por motivos diversos como aposentadorias e espontâneos para ingresso em outros órgãos da esfera federal direta. Já os 9 (nove) egressos dos empregados sem vínculo com a Administração Pública se deu pela substituição por empregados do quadro efetivo.

O maior risco identificado é a substituição de empregados capacitados por empregados sem a qualificação técnica necessária já adquirida. Para diminuir esse *gap* a Telebras investe em programa mais robusto de capacitação interna e externa, principalmente para os empregados recém-admitidos.

7.1.5 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Os indicadores gerenciais estão interligados à operacionalização e implementação dos macros processos inerentes à Gerência de Gestão de Pessoas.

Na junção das informações e dados do Planejamento Estratégico, os quais estão sendo estruturados por processos, áreas e grau de urgência, alinhados aos grandes desafios da empresa, o prazo de definição de indicadores organizacionais foi estendido para 2016, após a implementação das ações inerentes ao Planejamento Estratégico.

No exercício de 2015 foram 40 (quarenta) admissões provenientes do Concurso Público, cuja homologação ocorreu em maio de 2013, com validade até maio de 2017. Desses 40 admitidos, 03 já se desligaram no ano de 2015. Até 31 de dezembro de 2015, dos 213 (duzentos e treze) empregados efetivos, 130 (cento e trinta) são oriundos do referido Concurso e encontram-se em efetivo exercício.

Como o 2º Concurso Público realizado em 2013 encontra-se com escassez de candidatos aprovados em algumas ocupações a Telebras realizou em novembro de 2015 o 3º Concurso Público, com vagas abertas somente para lotação em Brasília para os cargos de Especialista em Gestão de Telecomunicações e Técnico em Gestão de Telecomunicações. A homologação do 3º certame será em fevereiro de 2016.

A média do *turnover* registrado na Telebras no exercício de 2015 foi de 11,95%. Ingressos em 2015: 47. Egressos em 2015: 40. Total de empregados: 364 (contando com 2 (dois) servidor/empregado de outros órgãos e esferas requisitados e cedidos para a Telebras . Fórmula usada: { [(Ingressos + Egressos)÷2] ÷Total de empregados}×100

Entre os meses de maio e setembro de 2015 foi efetivado o Primeiro Ciclo do Processo de Progressão Funcional, instrumentalizado por meio do Programa de Avaliação de Desempenho por Competências e Resultados. Os empregados foram capacitados nos diversos estágios que compõem o processo, sendo realizadas *workshop* de abertura com participação de 177 (cento e setenta e sete empregados), 11 (onze) turmas de capacitação para conhecimento da Norma do 1º Ciclo com 223 (duzentos e vinte e três) empregados participantes, *workshop* de *feedback* 11 (onze) turmas com 165 (cento e sessenta e cinco) participantes e 20 (vinte) reuniões individuais com os gerentes para definição de metas e 28 (vinte e oito) para validação. Os 257 (duzentos e cinquenta e sete) empregados admitidos até o dia 15 de março de 2015 participaram do processo, dentre esses, 237 (duzentos e trinta e sete) empregados concorreram à Promoção Horizontal por Merecimento, uma vez que pertencem ao Plano de Carreira e Remuneração –PCR. Dos 237 (duzentos e trinta e sete) empregados efetivos elegíveis à Progressão, 63 (sessenta e três) foram agraciados com à promoção por mérito, o que representou 26% dos elegíveis. Destes, 56 (cinquenta e seis) empregados receberam 2 (dois) níveis salariais e 7 (sete) 3

(três) níveis salariais. A avaliação de desempenho foi instrumentalizada por meio de sistema eletrônico desenvolvido internamente. Para os empregados cedidos o processo foi instrumentalizado por meio de formulário físico. O pagamento referente à promoção por mérito para os 63 (sessenta e três) empregados eleitos foi retroativo a 1º de outubro de 2015.

Em fevereiro de 2015 o Plano de Funções Gratificadas e Cargos Comissionados foi aprovado. Todavia a Telebras encaminhou ao DEST três pleitos de reconsideração. Um dos quais o DEST já manifestou favorável, estando dois, ainda, em análise por esse Departamento.

No exercício de 2015 foi aplicado o Levantamento de Necessidade de Capacitação – LNC. No exercício de 2015 foram realizados 47 eventos, dos quais participaram 216 empregados das diversas áreas da empresa. Foram realizadas 4.170 horas de capacitação. O Indicador de Capacitação apresentou oscilação nos diversos meses do ano, resultando em média 1,21 horas de capacitação por empregado.

Os cursos efetivados procuraram suprir na forma de qualificação e/ou aperfeiçoamento os gaps entre os macros processos e as competências necessárias.

Em relação a Saúde e Segurança Ocupacional a Telebras zela pelo cumprimento de leis, normas, regulamentos atendendo a legislação vigente. Foram realizados 158 (cento e cinquenta e oito) exames periódicos e no que diz respeito à gestão de saúde, a Telebras atua em duas grandes frentes perante seus empregados, considerando os contextos de saúde ocupacional e assistencial. Na gestão de saúde ocupacional, que compreende, bem estar social e qualidade de vida, a empresa desenvolve um trabalho que visa à preservação da integridade, do bem-estar das pessoas, relações interpessoais e clima organizacional favoráveis à saúde e ao crescimento pessoal, profissional e organizacional. Para tanto, é desenvolvido um programa Ginástica Laboral e palestras preventivas, ação conjunta com a CIPA.

A negociação coletiva de trabalho para fins de celebração do Acordo Coletivo de Trabalho-ACT 2015/2016 (vigência de 1º/11/2015 a 31/10/2016), chegou com certo entrave entre as partes. A Assembleia Geral dos trabalhadores, realizada em 14 de dezembro de 2015, não aprovou a proposta final da Telebras, encaminhada em 09 de dezembro. O Sindicato de Classe solicita reajuste salarial para o período levando em conta pelo INPC do período 9,93% (de novembro de 2014 a outubro de 2015) e o DEST orienta um reajuste máximo de 5% (cinco por cento). A Telebras encaminhou por meio da CT 65/2015/100023, de 23 de dezembro de 2015, Contraproposta Final – Negociação Coletiva de Trabalho 2015/2016.

Visando a atender ao estabelecido nos artigos 157 e 158 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, bem como consolidar as iniciativas de proteção aos seus empregados, foram aditivados contratos, bem como, contratados empresas especializadas para prestar serviços de Medicina e Segurança do Trabalho. Entre as ações desenvolvidas ao longo do ano, destacam-se: Continuidade e implantação do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO, na Sede e nos Escritórios Regionais; realização de exames periódicos com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (empregados considerados aptos), compreendendo a avaliação clínica, exame físico, exame mental e exames complementares; Ações de Promoção à Saúde: palestras; a SIPAT (Semana Interna de Prevenção a Acidentes) e Vacinação antigripal.

PCMSO 2015	UNIDADE ORGANIZACIONAL					
	Brasília/Sede	Rio de Janeiro	São Paulo	Belém	Fortaleza	Porto Alegre
Exame Admissional	45	1	1	3	3	7
Exame Demissional	40	0	1	1	0	0
Retorno ao Trabalho	5	0	1	0	0	0
Homologação	181	1	1	0	2	0
Exame Periódico	158	5	5	3	0	0
Palestra	4	1	0	0	0	0
Campanha de Vacinação/doses	127	5	6	4	0	0

7.1.6 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

7.1.6.1 Contratação de Estagiários

Quadro 7.1.6.1.1 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS – S.A.						
UG/Gestão: (*quando executora no SIAFI*)						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Agente de Integração para Operacionalização do Programa de estágio	Centro De Integração Empresa Escola 61.600.839/0001-55	09/09/2014	08/09/2015	Estagiários estudantes de nível superior, de nível médio e de ensino profissionalizante.	E
2015	Agente de Integração para Operacionalização do Programa de estágio	Instituto Blaise Pascal 07.787.415/000-04	09/09/2015	08/09/2016	Estagiários estudantes de nível superior, de nível médio e de ensino profissionalizante.	A

Fonte: Gestão de Pessoas

No ano de 2015 a seleção foi realizada por dois agentes integradores: de janeiro a agosto pelo Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) e, de setembro a dezembro, Instituto Blaise Pascal (IBP). Ambas as empresas foram contratadas, por meio de licitação pública, para a prestação de serviço, que propicia com base na Lei nº 11.788 de setembro de 2008, a plena operacionalização de estágio de estudantes que estejam frequentando ensino regular em instituições de ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino nas diversas áreas da empresa.

A Telebras admite estudantes de nível médio e superior como estagiários com o objetivo de proporcionar experiência prática na linha de formação, pelo prazo máximo de 24 meses. O volume de contratação, bem como, a indicação do nível de escolaridade, da formação acadêmica acompanha a demanda técnica-operacional.

Em 31 de dezembro de 2015, a Telebras contava com 34 estagiários de nível superior, sendo 14 com 20 horas semanais - o valor da bolsa desses estagiários é de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) e 20 com jornada de 6 horas diárias, recebendo bolsa no valor de R$ 1.100,00 (mil e cem reais). Encerrou o ano de 2015 sem estagiários de nível médio. O Valor da bolsa de Nível Médio é de R$ 300,00 (trezentos reais).

No mesmo período em 2014, a Telebras contava com 26 estagiários ativos, sendo 24 de nível superior- 11 com carga horária de 30 horas semanais e 15 com carga horária de 20 horas semanais, e 2 de nível médio.

No ano de 2015 a rotatividade dos estagiários foi menor do que em 2014. Em 2015 foram 26 desligamentos, enquanto que em 2014 foram 52. O quantitativo leva em consideração a quantidade de estagiários que tiveram contrato ativo nos anos de 2015 e 2014.

Quadro 7.1.6.1.2 - Quantitativo e Despesa anual

Nível de escolaridade	Quantitativo e Despesa anual			
	2015		2014	
	QTD	(em R$ 1,00)	QTD	(em R$ 1,00)
1. Nível superior	**59**	**420.294,42**	**74**	**282.610,48**
1.1 Área Fim	18	66.214,45	23	74.989,62
1.2 Área Meio	41	354.079,97	51	207.620,85
2. Nível Médio	**2**	**1.473,25**	**4**	**8.665,97**
2.1 Área Fim	0	0,00	1	3.198,05
2.2 Área Meio	2	1.473,25	3	5.467,92
3. Total (1+2)	**60**	**421.767,67**	**78**	**291.276,44**

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Evolução quadro de estagiários				DESPESA NO EXERCÍCIO
	1ºTRIMESTRE	2ºTRIMESTRE	3ºTRIMESTRE	4ºTRIMESTRE	EM R$
1. NÍVEL SUPERIOR	32	36	38	37	R$ 420.294,42
1.1 ÁREA FIM	8	8	11	11	R$ 66.214,45
1.2 ÁREA MEIO	24	28	27	26	R$ 354.079,97
2. NÍVEL MÉDIO	2	2	0	0	R$ 1.473,25
2.1 ÁREA FIM	0	0	0	0	R$ 0,00
2.2 ÁREA MEIO	2	2	0	0	R$ 1.473,25
TOTA (1+2)	34	38	38	37	R$ 421.767,67
A evolução leva em consideração a quantidade de estagiários que tiveram contrato ativo em cada trimestre do ano de 2015.					

O aumento significativo no exercício de 2015 deve-se ao aumento do quantitativo de estagiários de nível superior com carga horária de 30 horas semanais, bem como um menor quantitativo de desligamentos.

Até novembro de 2015, os estagiários recebiam auxílio transporte no valor de R$ 6,00 (seis reais) diários. A partir de dezembro, o valor diário passou para R$8,00 (oito reais), de forma a acompanhar o reajuste promovido pelo Governo do Distrito Federal. Os estagiários de nível superior com carga horário 30 horas semanais recebem auxílio refeição no valor de R$ 11,36 (onze reais e trinta e seis centavos) diários.

Considerando a forte necessidade de apoio pela qual vem passando a Telebras, principalmente em função da consecução dos objetivos do PNBL, Satélite e adequação de processos internos, percebe-se que houve uma demanda por estagiários de nível superior, como ficou acima demonstrado.

Na Diretriz 240 estão inseridas as normas e políticas internas que regem a contratação e manutenção dos Estagiários na Telebras.

7.1.6.2 Contratação de Pessoal de Apoio

Quadro 7.1.6.1.3 – Contratação de Pessoal de Apoio

Unidade Contratante						
Nome: TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.						
UG/Gestão: (quanto executora no SIAFI)						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolidade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Limpeza e Conservação Telebras Sede	370630130001-10	02/09/2015	01/09/2016	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	P
2015	Copeiragem e Garçom Telebras Sede	132588990001-99	04/12/2015	03/12/2016	SEM EXIGÊNCIA	A
2011	Locação de Veículos Telebras Sede	73012130001-00	26/02/2016	25/05/2016	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2012	Serviços carregadores Telebras Sede	264147550001-26	26/07/2015	25/07/2016	SEM EXIGÊNCIA	P
2012	Serviços Manutenção Predial Telebras Sede	26044760001-67	21/10/2015	20/10/2016	ENSINO MÉDIO COMPLETO	P

*A – contrato ativo
P – contrato prorrogado

7.1.7 Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas.

a. Identificação da entidade fechada de previdências

FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL, pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, com sede no SEP/SUL, Quadra 702/902, Conjunto “B”, Bloco “A”, Edifício General Alencastro, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 00.493.916/0001-20

b. Visão gerencial dos valores envolvidos

i. Quantidade de servidores contemplados - 198 participantes ativos

ii. Valores repassados no exercício a título de contribuições dos participantes e da patrocinadora - R$ 2.587.510,73

Participante	Patrocinadora
R$1.272.551,96	R$1.314.958,77

iii. Valores repassados que não sejam contribuições e as razões desses repasses - Não há repasses que não sejam as contribuições.

c. Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar, quando houver

Não há manifestação da PREVIC.

d. Conclusões do relatório de auditoria independente, quando houver;

Informação disponível no ANEXO X - Relatório dos auditores independentes Ernst & Young sobre as demonstrações contábeis.

e. Conclusões do último estudo atuarial

Informação disponível no ANEXO XI - Apresentação separada por Planos.

f. Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no art. 25 da Lei Complementar 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreram, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas

Com o objetivo de cumprir o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2015, aprovado pelo Conselho de Administração da Telebras em sua 155ª Reunião Extraordinária, de 09 de dezembro de 2014, A Auditoria Interna da Telebras realizou no período, não contínuo, de 24 de março de 2015 a 22 de outubro de 2015, auditoria na Fundação Sistel de Seguridade Social – Sistel, item 11 do anexo 01 do PAINT, relacionadas aos planos de benefícios patrocinados pela Empresa.

A ação de Auditoria resultou na edição do Relatório de Auditoria nº 07/2015-AUD, de 15 de dezembro de 2015.

O mencionado Relatório foi encaminhado à Fundação Sistel de Seguridade Social – Sistel em 29 de dezembro de 2015, por meio da CT nº 218/2015/0111/1000-TB.

Na mesma data, em atendimento ao parágrafo único do artigo 25 da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, o Relatório de Auditoria nº 07/2015-AUD, foi encaminhado à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, por meio da CT nº 217/2015/0111/1000-TB.

As principais constatações levantadas na ação de Auditoria foram:

1. Necessidade de padronização/uniformização de informação prestada ou divulgada sobre a rentabilidade obtida pela carteira de investimentos dos planos.
2. Divergência de valores do Salário de Participação dos Participantes Ativos do Plano PBS-Telebras registrados na base de dados da Sistel.
3. Não observância do limite de 8% do Salário de Participação como teto para cálculo da contribuição patronal no caso do autopatrocínio.

4. Divergência na apuração do valor do Benefício Previdencial Sistel concedido ao Participante do Plano PBS-Telebras.
5. Divergência de valores do Salário de Participação dos Participantes Ativos do Plano PBS-Telebras registrados na base de dados da Sistel.

Das constatações listadas, foram feitas 6 (seis) recomendações à Fundação Sistel de Seguridade Social – Sistel e 2 (duas) à Gerência de Gestão de Pessoas (Diretoria Administrativo - Financeira) da Telebras.

Todas as recomendações feitas no Relatório de Auditoria nº 07/2015-AUD ainda estão em fase de atendimento tanto pela Sistel quanto pela Telebras.

7.2. Gestão do patrimônio e da infraestrutura

7.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da União

A TELEBRAS não possui nenhum imóvel da União que esteja sob sua responsabilidade.

7.3. Gestão da tecnologia da informação

No exercício de 2015 deu-se continuidade à evolução dos processos de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), em consonância com os processos de governança e gestão estabelecidos para a TELEBRAS, por meio de ações preditivas, com acompanhamento contínuo, visando a continuidade e aperfeiçoamento dos negócios da Companhia.

As ações de TIC são discutidas no Comitê Gestor de Tecnologia da Informação composto pelo Presidente da TELEBRAS, os Diretores Técnico-Operacional, Administrativo Financeiro e Comercial, além do Gerente de Tecnologia da Informação. Durante o ano de 2015 foi apresentado e discutido o orçamento do ano, definida a estratégia de aprovação das demandas e a criação das demandas de curta duração denominadas *fast-track.*

A Gerência de Tecnologia da Informação, em conjunto com outras gerências da TELEBRAS, participou dos processos ITIL de gestão de mudanças, de riscos e de Contratos. Os serviços, gerenciados através de um catalogo em que consta ferramentas de monitoração e de gestão de incidente, foram otimizados com atividades de treinamento em Cobit, Elaboração de Termos de Referência, Ferramentas SDM, Spectrum, Health e NETQoS, e equipamentos WIFI, Storage e de Ativos de Rede.

Entre as iniciativas executadas, destacam-se os seguintes projetos:

A) Aquisições:

1. **solução de inteligência de mercado** que visa a atender, nos próximos quatro anos, as pesquisas de direcionamento de marketing e estratégia comercial da Companhia, além de possibilitar melhorias continuas nos processos estratégicos e comerciais;

2. **solução de guepardo** para geração das obrigações acessórias e principais além da implementação das novas regulamentações como ECF – Escrituração Contábil Fiscal do Governo federal.

3. **solução de VPN coorporativa** para aumentar a disponibilidade das informações aos pontos chaves da Companhia;

4. **solução de WIFI** para aumentar a disponibilidade das informações, simplificar a comunicação e

propiciar um meio mais simples de acesso aos dados e sistemas coorporativas;

5. **solução de Virtualização** para propiciar consolidação, maior disponibilidade e redução de custos operacionais automatizando a entrega de serviços, utilizando técnicas altamente difundidas e disseminadas no mercado.

B) Implantação de sistemas:

6. **Sistema de Eleição Eletrônica (SEEL):** responsável por realizar eleições na Companhia, como CIPA e membro do conselho;

7. **Sistema avalição de desempenho (SAD):** responsável pela avaliação dos funcionários propiciando maior transparência ao processo;

8. **Agenda de Autoridades (AGA):** responsável por externar as informações das agendas das autoridades da Companhia;

9. **Sistema de Tramitação de Documentos (Tramite):** responsável por substituir os antigos cadernos de protocolo na tramitação de documentos por uma ferramenta consultável e de maior gestão;

Além disso, outros sistemas estiveram em foco para constante aperfeiçoamento, destacando-se o Sistema de Monitoramento e Controle de Obras (SIMEC), que propiciou evoluções de mecanismos de controle de cronogramas e acompanhamento das obras. Também é importante ressaltar o procedimento de *retrofit* realizado no Datacenter em contêiner o qual obteve um sucesso ímpar mantendo o ambiente sem óbice desde sua migração.

Por definição da Diretória Técnico-Operacional foram construídas premissas e iniciado o processo de contratação do Sistema de Suporte à Operação, projeto estruturante e que mudará de patamar a gestão dos ativos de rede da Companhia, tendo sido o edital publicado no final do ano de 2015, com a contratação prevista para ser realizada no primeiro trimestre do ano de 2016.

Aos sistemas acima implantados somam-se aos seguintes sistemas já existentes na companhia:

- Cadastro de Inventário
  - Sistema responsável pelo controle do inventário da planta de telecomunicações.
- Concursos Telebras
  - Sistema de gestão e controle das convocações dos concursos, propicia a gestão dos convocados e controle das vagas;
- Spectrum Infrastructure Manager
  - Sistema de alarmes de nível superior, responsável pelo recebimento e correção dos alarmes da rede de telecomunicações;
- eHealth
  - Sistema de análise de desempenho, responsável por fazer a análise e acompanhamento de desempenho dos elementos da rede de telecomunicações;
- NetQoS Reporter Analyzer
  - Sistema de análise de trafego, responsável por fazer a análise e acompanhamento da análise de tráfego dos elementos da rede de telecomunicações;
- Internet: Portal Institucional da Telebras
  - Sistema de gestão de conteúdo - ECM do portal de Telebras;
- Intranet: Portal de notícias internas
  - Sistema de gestão de conteúdo - ECM de noticias internas da Telebras;
- OpenBravo
  - Sistema de controle de almoxarifado;
- Portal de Acesso
  - Sistema de gestão de senhas dos usuários da Telebras;

- PROJURID
  - Sistema de acompanhamento dos processos jurídicos;
- Redmine
  - Sistema de acompanhamento e Gestão de projetos e tarefas da empresa;
- SAP – SGI – Sistema de Gestão Integrada
  - SAP – HCM
    - Sistema responsável por realizar toda a gestão de Recursos humanos da empresa;
  - SAP – FI
    - Sistema responsável por todo o controle financeiro da empresa;
  - SAP – FI-TV
    - Sistema responsável pelo controle de viagens e passagens da empresa;
  - SAP – MM e SAP – SRM
    - Sistemas responsáveis pelo acompanhamento e gestão de contratos da empresa;
  - SAP – CO
    - Sistema de Controladoria da empresa;
  - SAP – PI
    - Sistema de mensageria e integrações, SOA do complexo SAP e outros;
  - SAP – SD
    - Sistema de Vendas e Faturamento da empresa;
  - SAP – PS
    - Sistema de Gestão financeira de projetos da engenharia;
  - SAP – TRM
    - Sistema Responsável pelas aplicações financeiras da empresa;
  - SAP – IM e SAP – FM
    - Sistema de controle orçamentário da empresa;
- SDM: Service Desk Manager
  - Sistema de acompanhamento de chamados da engenharia e da tecnologia da informação;
- SICOS
  - Sistema de Controle de Ordens de Serviços;
- SIMEC
  - Sistema de Monitoramento, Execução e Controle de obras de engenharia;

Esses projetos foram executados com uma equipe pequena, mas com experiências diversas, composta, em 2015, de 19 empregados, dos quais um é o gerente, 14 empregados de carreira e 4 empregados ad nutum. De forma complementar, foram firmados contratos com equipes terceirizadas para a implantação e execução dos projetos, com repasse de conhecimento para viabilizar a sua manutenibilidade pela Companhia e minimizar a dependência tecnológica de terceirizados. Outra medida mitigadora desta dependência é a inclusão de treinamentos indicados no LNC (Levantamento de Necessidades de Capacitação) para garantir a evolução constante do corpo da unidade administrativa.

Está prevista a elaboração do PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação), que garante o alinhamento com o planejamento estratégico. Como este planejamento está em curso (abril 2016), o PDTI não pode ser finalizado ainda. Entretanto, para adiantar a elaboração está sendo feito o levantamento de todas as demandas de TI e do orçamento decorrente.

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI é, resumidamente, demonstrado a seguir através do mapa:

Figura 7.3.1 - PETI

7.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

Quadro 7.4.1 – Aspectos sobre a gestão ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação	
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	**Sim**	**Não**
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispões o Decreto n.º 5.940/2006?		x
3.	As contratações realizadas pela Unidade Prestadora de Contas observam os parâmetros estabelecidos no Decreto n.º 7.746/2012?		x
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012?		x

Considerações Gerais

Embora o Decreto n.º 7.746/2012 não se aplique à Telebras, não excluímos a possibilidade de, futuramente, elaborarmos o Plano para consolidar as nossas práticas sustentáveis.

Nos contratos constam a inclusão de cláusulas sustentáveis, mencionadas a seguir:

Subcláusula Primeira: É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;

Subcláusula Segunda: A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que da consecução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;

Subcláusula Terceira: A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste CONTRATO;

Subcláusula Quarta: A CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seu Artigo 5º, observando principalmente que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento."

A empresa retomou suas atividades em 2010 e está se adequando aos modelos padrões de Gestão da administração pública. Dentre eles é possível citar a implantação das recomendações acerca da Gestão Sustentável, que, embora não tenha sido aprovado ainda o PLS, há que se observar que a Telebras já está o estruturando. Além disso, algumas ações visam a alcançar esse objetivo, como a implantação do SEI! – Sistema eletrônico de informações, que é um projeto que visa a, dentre outros resultados, alcançar resultados sustentáveis por meio da redução drástica do uso do papel, grampos, clipes e demais insumos necessários para a tramitação física de documentos.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2015 foram adotados pelo TCU 3 (três) Acórdãos onde a Telebras foi parte. Foram feitas 4 (quatro) recomendações e 1 (uma) determinação à Telebras.

No exercício foram atendidas 2 (duas) recomendações e 1 (uma) determinação, conforme quadro seguinte:

Número do Acórdão	**Quantidade Recebida**		**Quantidade Atendida**		**Quantidade a Atender**	
	RE	**DE**	**RE**	**DE**	**RE**	**DE**
879/2015-Plenário	-	1	-	-		1
2461/2015-Plenário	1	-	1	-	-	-
3306/2015-Plenário	3	-	1	-	2	-
Total	4	1	2	0	2	1

DE = Determinação; RE = Recomendação.

A situação individualizada de cada uma das pendências será descrita em anexo próprio, mencionado a seguir.

Cabe à Auditoria Interna da Telebras, em atendimento ao Art. 16 - IX do Regimento da Sociedade, acompanhar as ações, recomendações e determinações oriundas dos órgãos e unidades de controle interno e externo, verificando a implementação ou cumprimento destas, pelas unidades organizacionais responsáveis.

Por meio do acompanhamento realizado pela Auditoria Interna, avalia-se o atendimento das recomendações e, nos casos de impossibilidade de adoção de providências imediatas para a solução das pendências, em conjunto com os gestores das Gerências auditadas, são estabelecidos prazos para o atendimento.

A Auditoria Interna tem realizado regularmente reuniões com as Diretorias e Gerências da Empresa, onde são realizados pontos de controle sobre as ações e/ou dificuldades em relação ao atendimento das recomendações emanadas pelos órgãos de controle. Esta ação tem total apoio da alta administração da Empresa que também realiza acompanhamento semanal nas Reuniões da Diretoria.

Atualmente, em razão de o volume ser relativamente pequeno e da inexistência de sistema corporativo de gestão, os controles das recomendações são realizados por meio de planilha eletrônica.

Essa planilha é alimentada com informações como, por exemplo: constatação, recomendação, nº do relatório, área responsável, atualização (Follow-Up), prazo para atendimento, *status* (vencida, no prazo ou encerrada), entre outras.

Para o acompanhamento dessas recomendações foi elaborado “macro” em VBA (*Visual Basic for Applications*) com o objetivo de classificar os dados por status e por prazo para atendimento das recomendações. Dessa maneira, ao abrir a planilha, as recomendações estarão classificadas por prazo

de vencimento, listando as mais antigas em primeiro plano, possibilitando melhor visualização e acompanhamento das recomendações pendentes de atendimento.

Com base nessa planilha é possível gerar informações no formato Excel e Relatórios em Word, por Diretoria, Gerência ou em sua totalidade, que são encaminhados às áreas responsáveis, possibilitando o acompanhamento das recomendações.

Com a publicação da Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015, em cumprimento ao artigo 17, esta Unidade de Auditoria Interna passou a apresentar, mensalmente, ao Conselho de Administração a situação das recomendações e/ou determinações feitas pelos órgãos de controle interno e externo. Essa ação visa dar conhecimento à alta administração da Empresa sobre a situação das recomendações feitas pelos órgãos de controle e, em consequência, melhorar a qualidade das respostas e a quantidade de recomendações pendentes.

Com vistas a auxiliar o Tribunal de Contas na aplicação do disposto no § 1º do art. 209 da Resolução TCU 246/2011 (Regimento Interno do TCU, informamos que as recomendações decorrentes do julgamento das contas de 2011 foram adotadas na Sessão de 09/06/2015, portanto dentro do exercício da presente prestação de contas.

Listamos no ANEXO XII as duas recomendações feitas pelo TCU à Telebras em decorrência do julgamento das contas da Empresa, relativo ao exercício de 2011, em função do Acórdão nº 3306/2015 - 1ª Câmara.

Quanto às demais determinações e/ou recomendações do Tribunal de Contas da União – TCU à Telebras, informamos que consta apenas uma determinação do TCU ainda pendente de atendimento. Trata-se do Acórdão nº 879/2015-Plenário, que encontra-se em fase de atendimento por esta Empresa.

Listamos, a seguir, as informações sobre Acórdão nº 879/2015-Plenário.

Órgão de Controle:	TCU		
Acórdão:	879/2015-Plenário	Data do Relatório:	22/04/2015
Número:	1.6	Prazo para Atendimento:	29/04/2016
Status Atual:	Prorrogada	Data da Manifestação:	31/03/2016
Responsável pelo atendimento:	Gerência Financeira e Orçamentária		

Determinação: Determinar à Telebrás que encaminhe ao Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento dos Contratos 22/2010-TB e 23/2010-TB, cópias das planilhas eletrônicas consolidadas com todos os pagamentos efetuados naquelas avenças contendo, no mínimo, as informações constantes da tabela do anexo 1 da instrução da Unidade Técnica, acompanhadas das respectivas notas fiscais e termos de aceitação dos serviços em meio eletrônico, para que se dê continuidade ao monitoramento.

Última Manifestação da Área: Em 31/03/2016 o Gerente da GFO assim pronunciou: Em função de externalidades não previstas, como o desfecho da negociação entre Telebras e Indra, que culminou no escalonamento do projeto SAP neste mês, não foi possível concluir a atividade de composição de base de dados consistida, com a lista dos documentos pagos para os contratos 22/2010-TB e 23/2010-TB. Ainda, por se tratar de levantamento manual envolvendo bases de sistemas legados e novo, a tarefa tem se mostrado mais trabalhosa e lenta que o previsto. Por todo o exposto, solicito adiamento do prazo de conclusão desta etapa para 29/04/16.

Última Análise do Controle Interno: Prorroga-se o prazo conforme demandado pelo gestor.

8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício de 2015 foram feitas pela CGU 13 (treze) recomendações à Telebras, em função do Relatório 201412660 - de 19/08/2015, realizado de forma compartilhada entre aquela Controladoria e a Auditoria Interna da Telebras.

A Telebras posicionou-se sobre todas as recomendações feitas pela CGU. Das 13 recomendações expedidas pela CGU, 2 (duas) já foram atendidas, 09 (uma) encontram-se atualmente em análise na CGU e 2 (duas) estão em processo de atendimento.

As recomendações da CGU, a partir de 25 de maio de 2015, são recebidas na Telebras por meio do Sistema "Monitor", gerenciado pela CGU. Os posicionamentos das áreas gestoras, a análise e o envio do posicionamento à CGU são também realizadas por meio do mesmo sistema.

Internamente o acompanhamento das recomendações da CGU é realizado pela Auditoria Interna, conforme a metodologia já mencionada em item referente ao acompanhamento das recomendações e determinações do TCU.

No ANEXO XIII listamos todas as recomendações feitas pela CGU no exercício de 2015, que permanecem pendentes de atendimento.

8.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não houve nenhum caso de dano ao erário comprovado em 2015.

8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A Telebras na execução das suas atividades conta com bens e serviços contratados. Muitos dos contratos firmados não têm cronograma de entrega e pagamento predefinido, porque os bens e serviços foram contratados para múltiplos projetos complexos que, para sua execução, contam com vários contratos de diversos fornecedores. Desta forma, a quantidade e o momento de disponibilização dos bens e serviços para cada um dos projetos não necessariamente são conhecidos na hora da contratação. Porém, a organização definiu instrumentos normativos para garantir que o controle da execução adequada dos bens ou serviços contratados precede o seu pagamento.

A diretriz D-228 – Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos Administrativos regulamenta que pagamentos só podem ser executados quando as obrigações foram comprovadamente cumpridas:

"7.1 **O Fiscal Técnico deve:**

...

> 7.1.13 Emitir Termos de Aceite Provisório e Definitivo conforme estipulados no contrato e, quando consta no contrato, autorização de faturamento;
>
> 7.1.14 Emitir documentos exigidos em contrato para liberação de pagamento (exceto certidões administrativas, que são de responsabilidade da CRD-GFC);
>
> 7.1.15 Atestar as notas fiscais e desbloquear o pagamento no Sistema de Gestão Integrada (R ou A para B) quando está de acordo com as entregas referentes às parcelas faturadas;"

Tanto o fiscal técnico quanto o gestor do contrato devem desbloquear o pagamento no sistema de gestão integrado. Sem este desbloqueio não tem como efetuar o pagamento, e o aceite formal dos bens e serviços precede este pagamento em todos os casos. Desta forma, a organização atende o disposto no art. 5° da Lei 8.666/1993.

8.5. Informações sobre as ações de patrocínio

Série Encontro de Provedores Regionais 1º semestre/2015 – R$ 45.000,00

Manaus - AM
Data: 20 de Janeiro de 2015
Local: Hotel Blue Tree - Manaus

Cuiabá - MT
Data: 26 de fevereiro de 2015
Local: Hotel Deville Primme Cuiabá

Vitória - ES
Data: 08 de abril de 2015
Local: Hotel Sheraton

Série Encontro de Provedores Regionais 2º semestre/2015 –R$64.000,00

Montes Claros - MG
Data: 22 de julho de 2015
Local: Hotel Monterey

Campo Grande - MS
Data: 18 de agosto de 2015
Local: Hotel De Ville Prime

Porto Velho - RO
Data: 20 de outubro de 2015
Local: Hotel De Ville Prime

Bauru - SP
Data: 17 de novembro de 2015
Local: Quality Suites Garden

LAAD Defence & Security
Data: 14 a 17 de abril de 2015
Local: Rio Centro – Rio de Janeiro
Valor: R$ 177.960,00

7º ISP – ABRINT
Data: 01 a 03 de junho de 2015
Local: Centro de Convenções Frei Caneca– São Paulo
Valor: R$47.362,50

FISL16
Data: 08 a 11 de julho de 2015
Local: Centro de Eventos da PUCRS – Porto Alegre – Brasil
Valor: R$ 40.000,00

ABTA
Data: 04 a 06 de agosto de 2015
Local: Transamérica Expocenter – São Paulo – SP
Valor: R$ 15.000,00

SECOP
Data: 07 a 09 de outubro de 2015
Local: Hotel Gran Stella Maris – Salvador – BA
Valor: R$53.436,00

Futurecom
Data: 26 a 29 de outubro de 2015
Local: Transamérica Expocenter – São Paulo
Valor: R$360.000,00

RioInfo
Data: 15 a 17 de setembro de 2015
Local: Hotel Royal Tulip - RJ
Valor: R$ 10.000,00

Simpósio Niteroi
Data: 20 de outubro de 2015
Local: Hotel H – Niterói - RJ
Valor: R$ 5.000,00

InfoBrasil
Data : 27 a 29 de outubro de 2015
Local; Assembleia Legislativa do Estado do Ceará – Fortaleza – CE
Valor: R$ 10.000,00

Cartilha de Provedores – Momento Editorial
Data do lançamento: 17 de novembro de 2015
Valor: R$ 30.000,00

Workshop Abrint
Data: 25 de novembro de 2015
Local: Hotel S. Paul Plaza – Brasília - DF
Valor: R$ 4.000,00

8.6. Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Quadro 8.6.1 – Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	**Imprensa Nacional** **Empresa Brasisleira de Comunicação- EBC**	**178.052,03** **168.929,99**	**346.982,02**
Mercadológica	**Por questões estratégicas, a Telebras optou pelo não investimento em Publicidade no ano de 2015**		
Utilidade pública	-	-	-

9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

10. ANEXOS E APÊNDICES

11. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES

11.1. Rol de Responsáveis

Informação disponível no ANEXO XIV – Rol de Responsáveis

11.2. Relatório e ou parecer da unidade de auditoria interna

Informação disponível no ANEXO XV

11.3. Parecer de colegiado

Informação disponível no ANEXO XVI – Parecer do Conselho de Administração, e ANEXO XVII – Ata da REDIR

11.4. Relatório de instância ou área de correição

No ano de 2015 a Telebras não foi demandada a registrar Processo Administrativo Disciplinar no sistema da CGU-PAD.

11.5. Relatório de auditor independente

Informação disponível no ANEXO XVIII – Relatório de Auditor Independente

11.6. Declarações de integridade

11.6.1 Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

Compete à Gerência de Gestão de Pessoas da Telebras a responsabilidade pelo gerenciamento dos registros de admissão e demissão, junto aos órgãos de controle – Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União.

A Gerência de Gestão de Pessoas da Telebras efetiva o Cadastro de Admissão e Demissão no SISAC/TCU em até 60 dias após a admissão e 30 dias após o desligamento do empregado.

Informação disponível no ANEXO XIX – DECLARAÇÃO SISAC

11.6.2 Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas

Compete à Gerência de Gestão de Pessoas da Telebras a responsabilidade pela obtenção, formalização, tratamento, controle e guarda das informações de que trata a Lei 8.730/1993.

De acordo com a citada Lei, os empregados públicos são obrigados a disponibilizar suas declarações de bens e rendas – DBR.

No ato do processo de admissão o empregado assina o termo de opção "Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda da Pessoa Física" onde:

- O empregado apresenta em envelope lacrado cópia da declaração de bens e valores.
- Autorização para fins do cumprimento à exigência contida no § 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, o acesso às declarações anuais apresentadas à Secretaria Federal do Brasil, com as respectivas retificações, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 3º do decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2015.

No ato do processo de demissão o empregado preenche e assina o formulário DBR, caso no ingresso tenha optado pela entrega da cópia da declaração de bens e valores. A partir de 2016 o controle da efetivação desse procedimento será institucionalizado por meio do formulário de "Nada Consta"

No sistema informatizado – *Systems, Applications and Products in Data Processing* (SAP) – implementado no âmbito da Telebras, há mecanismo de controle acerca da entrega da Declaração de Bens ou do documento "Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física".

Informação disponível no ANEXO XX – DECLARAÇÃO DBR